



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**RICARDO APARECIDO BERNARDES**

**Encarnação**  
**O Evento Crístico como ápice da economia salvífica do**  
**Deus Criador**

Dissertação Final  
sob orientação do:  
Prof. Dr. João Manuel Duque

**Braga**  
**2024**



## **DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS**

Dedicado a Nosso Senhor Jesus Cristo, razão e fim último deste trabalho e da minha existência.

Agradeço ao Prof. Dr. João Duque, por ter aceitado orientar esta dissertação e pela disponibilidade ao longo da sua elaboração.

À minha família, sobretudo aos meus pais, por sempre me apoiarem com carinho e atenção no percurso.

À comunidade do Seminário Interdiocesano de São José. Aos formadores, P. António Jorge, P. José António, P. Bráulio Carvalho e P. Serafim Reis, pelo testemunho à Verdade e por toda a ajuda neste itinerário. A todos aqueles com quem cruzei caminho nestes anos. Em concreto, ao P. Tiago Fonseca, pelo paciente trabalho de leitura e correção.

Ao Dom Diamantino Prata de Carvalho, pelo apoio e incentivo no percurso de elaboração deste trabalho.

À Diocese da Guarda, pelo dom da acolhida e acompanhamento, e a cujo serviço se ordena este trabalho e toda a minha trajetória.

À Trindade Santa, pelas maravilhas do Seu amor reveladas na Encarnação de Jesus Cristo.

## ÍNDICE

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO I – O AFETO DE DEUS NO ATO DA CRIAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1. A relação de Deus com todas as coisas .....	15
1.2. O caráter histórico da relação de YHWH com todas as coisas.....	17
1.3. Jesus, Filho do Deus criador .....	19
1.4. A humanação do Filho como presença do Deus Criador no mundo .....	25
<b>CAPÍTULO II – A REVELAÇÃO SALVÍFICA DE DEUS NO JESUS HISTÓRICO.....</b>	<b>31</b>
2.1. A relevância da abordagem histórico-crítica .....	34
2.2. O Jesus terreno e o Cristo da salvação.....	37
2.3. A revelação divina em Jesus .....	40
<b>CAPÍTULO III – A SALVAÇÃO DE DEUS MEDIADA E CONSUMADA EM JESUS CRISTO .....</b>	<b>50</b>
3.1. Ação salvífica de Deus em Jesus.....	56
3.2. A consumação da salvação em Jesus Cristo. ....	61
3.3. Ressurreição, redenção e graça: a definitiva ação salvífica de Deus em Jesus Cristo. ....	68
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>75</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>78</b>

## RESUMO

Desde os primórdios da criação o amor de Deus pela humanidade é transversal a toda história da salvação, em sua economia salvífica o Deus criador, que fez boa todas as coisas, quer que o ser humano chegue à plenitude da Vida que é a sua própria salvação. Com esta dissertação, procura-se demonstrar como este amor e afeto de Deus pela humanidade e por toda a criação se torna salvação. O amor divino se torna capaz de assumir a carne do Homem e confrontar o pecado para elevá-lo a dignidade salvífica. Em Jesus Cristo está o ápice do amor de Deus para com a humanidade, a sua vida que culmina com o evento pascal é a salvação definitiva de Deus ofertada à humanidade. Não obstante o pecado que mancha a bondade primordial da criação e do Homem, em Jesus, a salvação é oferecida de uma vez por todas a todos.

**Palavras-chave:** Deus-criador; Afeto; Encarnação; Jesus Cristo; Economia salvífica; Redenção; Graça

## ABSTRACT

Since the beginning of creation, God's love for humanity is transversal to the entire history of salvation, in his saving economy the creator God, who made all things good, wants human beings to reach the fullness of Life, which is their own salvation. . With this dissertation, we seek to demonstrate how this love and affection of God for humanity and for all creation becomes salvation. Divine love becomes capable of taking on Man's flesh and confronting sin to elevate him to salvific dignity. In Jesus Christ is the culmination of God's love for humanity, his life that culminates in the Easter event is God's definitive salvation offered to humanity. Despite the sin that tarnishes the primordial goodness of creation and of Man, in Jesus, salvation is offered once and for all to all.

**Keywords:** God-creator; Affection; Incarnation; Jesus Christ; Saving economy; Redemption; Grace

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

### 1. Sagrada Escritura

1 Cor: 1ª Carta aos Coríntios

1 Tm: 1ª Carta a Timóteo

At: Atos dos Apóstolos

Cl: Carta aos Colossenses

Dt: Deuteronômio

Ef: Carta aos Efésios

Gal: Carta aos Gálatas

Gn: Livro do Gênesis

Heb: Carta aos Hebreus

Is: Isaías

Jo: Evangelho segundo João

Lc: Evangelho segundo São Lucas

Mc: Evangelho segundo Marcos

Mt: Evangelho segundo Mateus

Rm: Carta aos Romanos

Sl: Salmos

### 2. Outras

C.: capítulo

Cf.: conferir

Ed.: edição

LS.: Carta Encíclica *Laudato Si'* (24 de maio de 2015)

Vol.: volume

## INTRODUÇÃO

“E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós; e nós vimos a sua glória, glória que ele tem junto ao Pai como Filho único, cheio de graça e de verdade.” (Jo 1, 14)

A criação inteira é fruto do amor gratuito de Deus; o ser humano no seu livre-arbítrio é a obra-prima de Deus e o fruto mais expressivo do seu amor criador. Também neste amor criador está a inefável bondade de todas as coisas criadas por Deus: Ele viu que tudo o que criara era bom (cf. Gn 1, 31). O amor de Deus pela criação e pela humanidade é transversal em toda história da salvação, a ponto de Ele próprio assumir a carne do homem com vista de salvá-lo do seu próprio pecado. Não há ruptura no afeto de Deus para com a criação, como ressalta o Papa Francisco na sua Carta Encíclica *Laudato Si'*: “O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado” (LS).

Na tradição veterotestamentária, Deus age em favor do seu povo através de uma realidade específica e concreta; o Povo de Israel experimenta de forma direta o afeto de Deus, que quer salvar. Com a encarnação do Verbo, este afeto para com a obra criada alcança o seu ponto mais alto em Jesus Cristo; Deus revela-se como salvador de todos os povos, numa perfeita continuidade com a criação. Não há condenação do mundo e das coisas criadas, Jesus é o salvador, e não por efeitos de magia, mas porque salva na realidade e na bondade concreta do mundo criado por Deus seu Pai. O cume do evento pascal pode ser traduzido no amor oblato que se entrega totalmente sem reservas para salvar; este amor, já está presente desde os momentos primordiais da criação.

Com esta dissertação pretende-se ilustrar como o amor e a presença do Deus criador no mundo é uma constante desde os primórdios da criação, e encontra o seu ápice na encarnação do *logos* divino. O Jesus terreno é o Cristo da salvação, Ele torna Deus presente no mundo, ao assumir a carne do Homem e ao viver no meio dos Homens. A mediação de Deus em Jesus é salvífica, acessível a toda humanidade: o Reino de Deus está presente no meio de nós (cf. Lc 17, 21), não é preciso esperar que este reino venha de longe para se tornar realidade, pois a inauguração do reino de Deus entre os homens está consolidada na carne de Jesus.

Em uma realidade onde a salvação parece estar sempre mais distante do mundo real e concreto das pessoas, refletir sobre o modo como o amor e a salvação oferecida por Deus em Jesus se dá na realidade concreta do Homem é algo sempre desafiador. Este modesto trabalho de dissertação final do curso de Teologia quer contribuir também para esta reflexão. A salvação operada por Jesus não é algo extraterrestre, mas se encontra na vivência consistente e sólida das relações humanas e do ser humano com toda a criação.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo explana-se sobre o afeto de Deus no seu agir criador. Deus cria livremente, o ato da criação é expressão do afeto divino que não cria por necessidade, mas por amor; nisto consiste-se também a bondade de todas as coisas criadas por Deus, e sua capacidade salvífica. A mediação do Filho está desde a eternidade presente no ato criador de Deus. Por Ele todas as coisas foram criadas, ressalta o Apóstolo dos Gentios (cf. Cl 1, 16). “Ninguém jamais viu a Deus” (Jo 1, 18); por isso, as coisas criadas por Deus na sua bondade primordial são mediadoras de Deus para o Povo eleito; bondade e salvação são aspectos essenciais da relação de Deus com o seu povo. Procura-se ainda, no primeiro capítulo, explicitar a filiação de Jesus, ressaltando os aspectos de Deus enquanto supremo criador. Jesus, em sua obediência filial, age em perfeita consonância e comunhão com seu Pai e torna o Deus criador presente no mundo. A criação alcança sua plenitude na encarnação do Verbo, enquanto o Filho glorifica ao Pai, na sua carne e na sua obra redentora. A humanidade, outrora marcada pelo pecado, reconcilia-se com o seu criador, reencontra a sua bondade primordial e, por meio do Filho, perpetua a presença de Deus no mundo pelo Espírito Santo.

No segundo capítulo aborda-se a temática da revelação divina no Jesus histórico e como esta se deu concretamente na pessoa de Jesus de Nazaré, sendo Ele verdadeiramente Homem e verdadeiramente Deus. Um dos objetivos da reflexão deste capítulo é demonstrar, na sequência do que foi refletido no capítulo anterior, que o Jesus terreno-histórico é o Cristo da salvação e que na pessoa de Jesus Deus mantém o vínculo com todas as coisas criadas. As promessas da tradição veterotestamentária foram todas cumpridas em Jesus Cristo e através d’Ele o reino de Deus já está inaugurado no meio dos Homens.

O terceiro capítulo tenciona demonstrar que o mesmo amor criador de Deus, na mediação de Jesus, quer salvar o Homem e toda a criação. A salvação do Deus criador esta consumada definitivamente em Jesus Cristo e é oferecida a toda humanidade. Sem desprezar a carne e o valor salvífico da bondade das coisas criadas por Deus, na sua carne Jesus eleva a dignidade humana ao patamar salvífico de Deus, superando os mecanismos de prisão e morte gerados pela ação e influência do pecado presente na vida dos Homens. A esperança salvífica do Povo de Israel é concretizada na salvação operada e oferecida por Jesus: Ele é o verdadeiro Moisés. Ao assumir a fragilidade da carne do Homem e confrontar o pecado, Jesus dispõe e distribui a salvação de Deus no meio da humanidade em uma perfeita comunhão com Deus seu Pai.

Ainda no terceiro capítulo, a salvação de Deus consumada na paixão, morte e ressurreição de Jesus é objeto de reflexão. O modo como Jesus assume as consequências finais do seu anúncio salvífico desenvolve-se em categorias que contribuem para que se perceba a

profundidade do mistério da salvação que no evento pascal assume o seu ponto mais alto, quando o Cristo, no ápice do seu amor oblato, assume sobre Si próprio as consequências máximas que o confronto direto com o pecado tem diretamente na sua vida, a ponto de ser crucificado e morto.

O afeto e amor de Deus estão presentes em cada estágio da história da salvação, desde a criação, passando pela atuação do Jesus terreno até a consumação da salvação na carne do próprio Cristo. Nesta inclinação amorosa e salvífica de Deus para o ser humano, perpetuada em Jesus, está o ápice da economia salvífica de Deus. O objetivo deste trabalho é que, no final, se perceba que Deus, na sua infinita complacência, sustém a criação desde toda eternidade, o que, na encarnação do Verbo, encontra o seu ponto mais alto.

## CAPÍTULO I – O AFETO DE DEUS NO ATO DA CRIAÇÃO

O mundo tem sua origem no ato criador livre de Deus, ou seja, é produto de sua livre e espontânea vontade. Assim sendo, há uma clara relação entre Deus e o mundo, e do mesmo modo uma relação do mundo com Deus. O mundo não tem procedência direta da essência divina, isto justifica a sua contingência.

O mundo é produto de um ato de Deus. Com essa afirmação está posto um enunciado de muitas consequências para a relação do mundo com Deus e para a relação de Deus com o mundo: Se o mundo tem sua origem num ato livre de Deus, ele não procede necessariamente da essência divina. Ele também poderia não-ser. Por isso sua existência é contingente, resultado e expressão de um ato livre do querer e do agir divinos. Ele não é – como o Filho – em eternidade o correlato da existência de Deus como do Pai.<sup>1</sup>

Deus, ao criar, não cria por necessidade, no sentido de que teria uma relação de dependência ao mundo criado, mas o agir criador de Deus é livre, diferente de uma relação de dependência, porque Deus não precisa do mundo, neste sentido, para provar sua deidade. A atividade divina não depende da existência do mundo em si.

A origem do mundo como criação do livre agir de Deus diz justamente isto: que a deidade de Deus de nada careceria se o mundo não tivesse vindo a existir. Isso, todavia, é uma afirmação que diz mais respeito ao mundo, ou seja, à contingência de sua existência, do que a Deus; pois em sua liberdade Deus se determinou a ser criador e consumidor de um mundo de criaturas. Por isso, a ideia de que Deus também poderia ter deixado de criar o mundo se baseia numa abstração da fatural autodeterminação de Deus, que deverá estar fundamentada na eternidade de sua essência e que, portanto, não pode ser concebida como exterior à realidade concreta de Deus. Não obstante, a origem do mundo deve ser concebida como contingente também a partir de Deus, porque ele se origina da liberdade do Deus uno em sua vida trinitária.<sup>2</sup>

O fato de Deus não ter criado o mundo por necessidade, não significa que o criador seja indiferente à obra criada. Segundo o autor da Carta aos Efésios, Deus tinha desde sempre um plano de salvação, consumado por Jesus Cristo, e foi através dele que fomos escolhidos antes

---

<sup>1</sup> Wolfhart Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2 (Santo André, São Paulo: Academia Cristã Ltda, Paulus, 2009), 27.

<sup>2</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 36-37.

da fundação do mundo (cf. Ef 1,4). Portanto, o plano salvífico concretizado com a Encarnação do Verbo de Deus parece já estar contido nos primórdios do ato criador de Deus, não fazendo com que Deus dependa da criatura para salvar, mas porque imbuído de afeto pela obra criada, quis na encarnação do verbo “depende” da condição criatural.

O conselho ou plano salvífico (Ef 2.9ss.) que se encontra na base do decurso da história da criação e no qual tudo o que acontece está inserido, pode então ser anunciado já agora como revelado em Jesus Cristo, em sua obediência ao envio do Pai. Nesse contexto, então, também se pode dizer que o feito de sua criação e no decorrer da história de suas criaturas, o Deus, em si independente, se torna dependente das condições criaturais para a manifestação de seu Filho na relação de Jesus com o Pai, não como se para a realização de seus fins Deus dependesse de meios distintos disso, mas de tal modo que este é de fato o modo como uma pluralidade de criaturas é incluída na eterna bem-aventurança da comunhão do Filho com o Pai: para o agir de Deus nenhuma criatura é mero meio, mas justamente por meio do direcionamento de sua existência para o *kairos* da aparição do Filho, toda criatura se torna partícipe do fim salvífico de seu Criador.<sup>3</sup>

A economia salvífica do agir de Deus visa, portanto, a uma consumação da criação.<sup>4</sup> De certa forma, entrelaçam-se a liberdade divina no ato criador e o compromisso divino com a obra criada no plano salvífico de Deus. Por amar a sua criação, Deus não a abandona à mercê de sua própria sorte, porque em seu ato criador, cria por amor. Amor este que não fere nem impede a liberdade, e que não permite qualquer interpretação equivocada a seu respeito.

A liberdade da origem divina do mundo, por um lado, e a fidelidade de Deus à sua criação, por outro, são inseparáveis. A peculiaridade desse inter-relacionamento se evidencia na ideia do amor divino como origem do mundo. Amor e liberdade de Deus estão inseparavelmente interligados, mas a liberdade do amor não deve ser confundida com um ato arbitrário. Por outro lado, o amor de Deus também não deve ser compreendido no sentido do poder de um afeto, que supera toda a liberdade pessoal.<sup>5</sup>

No próprio relato bíblico da criação e no desenrolar da história do povo hebreu, por meio da qual Deus realizou os primeiros sinais da salvação, constatamos que o agir criador de Deus e a sua fidelidade para com a criação são constantes e permanentes, evidenciando desde sempre aquilo que podemos chamar de afeto de Deus pela criação e pela criatura. O que

---

<sup>3</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 34-35.

<sup>4</sup> Cf. Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 50.

<sup>5</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 50.

queremos aqui destacar, é que este afeto de Deus, que é permanente em cada momento da história humana, está já presente no ato criador. Ao criar, Deus não o faz por necessidade, cria por amor e por livre iniciativa, uma criação que é diferente de Si próprio e que goza de plena liberdade e autonomia, inclusive para não reconhecer o próprio Criador como sendo Aquele que lhe deu a existência.

O ato da criação não é manifestação de um mero capricho. Mais ainda: um Deus que teria criado o mundo por mero capricho não seria autor de um mundo constantemente preservado. A conceção de um capricho divino como origem do mundo não é compatível com uma fidelidade de Deus à sua vontade criadora. Mas ficará evidente que o Deus da Bíblia permanece fiel às suas criaturas, inclusive para além do fim posto com sua finitude com vistas a uma consumação escatológica de sua criação. A livre origem de uma criação duradoura deve ser concebida como expressão de uma intenção fundada na eternidade do criador, com vistas a uma realidade diferente dele.<sup>6</sup>

A bondade e o amor que Deus manifesta pelas criaturas de forma contínua em sua existência e contingência tem sua primazia no eterno Filho. No prólogo do Evangelho de São João, temos a afirmação de que tudo foi feito por meio D'Ele (cf. Jo 1, 3), o Filho é desde sempre, e já no ato criador o mediador do amor e do afeto de Deus pelas criaturas. No Filho, as criaturas recebem a adoção filial, tornam-se também, através D'Ele, objetos do mesmo amor. A afirmação do prólogo joanino realça, no agir criador de Deus, a íntima relação do afeto de Deus pelas criaturas na mediação do Eterno Filho, tendo Ele a primazia no ato criador a partir do qual tudo foi feito.

O Filho é objeto primário do amor do Pai. Em todas as criaturas às quais dedica o seu amor, o Pai ama o Filho. Isso não significa que o amor do Pai não valesse para as criaturas como tais – a cada uma em sua peculiaridade. O amor do Pai não se dirige somente ao Filho, mas individualmente a cada uma de suas criaturas. No entanto, o amor que o Pai dedica à particularidade de cada uma de suas criaturas é sempre já mediado pelo Filho. O amor do Pai por suas criaturas não se encontra em concorrência com o amor com o qual ama o Filho desde a eternidade. Antes, as criaturas se tornam objeto do amor do Pai pelo fato de serem incluídas na eterna dispensação do Pai ao Filho. Em

---

<sup>6</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 51.

outras palavras: pelo fato de o eterno Filho se manifestar nas criaturas, elas se tornam objeto do amor do Pai.<sup>7</sup>

A primazia do Filho no agir criador de Deus nos mostra justamente que o amor do Pai pelo Filho é alargado às criaturas, rompendo assim com qualquer ideia que possa fazer do ato criador de Deus algo sem sentido ou gélido na perspectiva de ser um ato isolado, sem afeto nenhum da parte de Deus. A tradição neotestamentária revela-nos que o amor do Pai pelo Filho e do Filho pelo Pai é de uma profundíssima ligação, e quando constatamos a participação do Filho no ato criador, este, só pode estar imbuído do afeto do Pai.

A tradição teológica explicou a participação do eterno Filho no ato da criação com a ideia de que o conceito de *Logos* corresponde ao intelecto divino que, desde a eternidade, contém em si os protótipos das coisas, suas ideias. Essa concepção remonta à ligação meso-platónica da doutrina das ideias de Platão com o *nous* divino ou – assim em Filão de Alexandria – com o *Logos*. Orígenes a incluiu plenamente na exposição sistemática da doutrina cristã. Pois, segundo Orígenes, na hipostática sabedoria de Deus, no Filho, estão presentes embrionariamente as origens, ideias e espécies das criaturas.<sup>8</sup>

A participação do Filho no ato criador de Deus não faz d'Ele o Criador do mundo por excelência, a narração bíblica da criação não diz ser o Filho o Criador, tão pouco podemos identificar na conduta de Jesus atitudes que reivindicassem para Si o ato da criação, ao contrário, Jesus na sua relação filial com o Pai, nunca deixou de remeter ao Pai os fundamentos de toda a existência.

Na relação concreta de Jesus com o Pai sempre já estão ligados os aspetos intra-divino e criatural da relação filial, visto que, além da historicidade dessa relação, a doutrina cristã afirma que Deus é *essencialmente* assim como é revelado por Jesus, e que, portanto, a relação de Jesus como Filho faz parte da eterna deidade do Pai. Decisivo para isso é a autodiferenciação de Jesus em relação ao Pai por meio do qual deixa Deus ser Deus como Pai, em contraposição a si mesmo. Diferencia-se a si mesmo como mera criatura do Pai, submetendo-se a ele como o Deus uno e único, deixando que sua vida seja determinada totalmente por ele, como exige sua mensagem para a relação dos seres humanos com o futuro do Reino de Deus.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 52.

<sup>8</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 57.

<sup>9</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 53.

O que queremos não é atribuir mais importância ao Filho do que ao Pai, no ato da criação, mas entender a mediação do Filho, presente na origem da existência das criaturas. A ação do Pai, por meio do Filho, vai concretizar-se de forma mais plena na Encarnação do Verbo divino. Na obediência filial de Jesus aos desígnios do Pai, sobressai a vontade e a ação deste, como Criador Supremo, que quer o bem da criatura e que ela se salve.

O Filho é obediente ao Pai também em sua processão da unidade da vida divina. O Filho não é o criador do mundo somente para si mesmo. Ele mesmo realiza a sua processão da divindade como execução da missão recebida do Pai. Por isso a Igreja cristã confessa a Deus Pai e não o Filho como Criador do mundo. Pois em toda a parte a atuação do Filho tem por único conteúdo servir ao Pai e instituir o seu reino. Por isso, por meio do Filho age o Criador do mundo. Não obstante, a processão do Filho da divindade, para tornar-se o *Logos* de um mundo de criaturas, deve ser concebido do mesmo modo como manifestação de sua *livre decisão própria*. Esse é, evidentemente, o caso se o conceito de *Logos* divino deve ser interpretado a partir da relação filial de Jesus com seu Pai celestial.<sup>10</sup>

Podemos falar ainda de uma origem trinitária da criação, eliminando assim qualquer risco de polarização do ato criador em uma Pessoa da Trindade. Já tratámos da relação Pai Filho no ato criador, mas o Espírito que une a ambos também faz parte da manifestação do amor divino em sua liberdade criadora.

De acordo com testemunhos bíblicos, o Espírito já é atuante na criação do mundo (Gn 1.2), especialmente como origem da vida nas criaturas (Gn 2.7; cf. Sl 104.29s). Por um lado, o Espírito é o princípio da presença criadora do Deus transcendente em suas criaturas, por outro lado, inversamente, é meio da participação das criaturas na vida divina – e com isso na vida como tal. Nisso a atuação do Espírito está intimamente ligada com a do Filho, mas, ao mesmo tempo, também é caracteristicamente diferente: enquanto a autonomia das criaturas em relação a Deus e sua subsistência distinta de Deus remonta à autodiferenciação do Filho em relação ao Pai, o Espírito é o elemento da comunhão das criaturas com Deus e da *participação* de sua vida sem prejuízo de sua diferencialidade de Deus.<sup>11</sup>

É importante identificar, no ato criador de Deus, traços do seu afeto e amor pela criação. Isto nos remete imediatamente para a bondade das coisas. No próprio relato bíblico da criação

---

<sup>10</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 62-63.

<sup>11</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 65-66.

nos é narrado que Deus viu que tudo o que tinha feito era bom (cf. Gn 1, 31). Isto nos permite avançar para um outro tema, que é o da relação de Deus com todas as coisas. Tendo Deus concluído que tudo o que criara era bom, qual é sua relação com todas as coisas?

### 1.1. A relação de Deus com todas as coisas

As Sagradas Escrituras conhecem bem a importância das coisas, quando nos dizem que Deus viu que tudo o que criou era bom. O mundo, tal como o conhecemos, é resultado da criação de Deus, ou seja, tudo o que recebemos é resultado da obra de Deus, executada pelas suas próprias mãos, fruto da sua bondade criadora. De certa forma, é também através da contemplação das coisas criadas que podemos tomar consciência do poder do Deus criador, que cria em liberdade e não força o Homem a reconhecê-lo como supremo criador.

Sendo todas as coisas aprovadas e ‘chanceladas’ por Deus como sendo boas, poderíamos pensar que, ao criá-las, Deus quis que contribuíssem para a salvação. Posto isto, podemos discorrer sobre o sentido salvífico das coisas. Não sendo as coisas más em si mesmas, podem concorrer para a salvação do Homem, porque oriundas do amor e da bondade divina, estão a serviço da humanidade para que esta possa, mediante o bom uso das coisas, viver dignamente e conseqüentemente desfrutar da salvação oferecida por Deus.

O relato bíblico, quando nos diz que Deus viu que tudo o que criara era bom, pode ser lido na perspectiva de que Deus ama a sua criação num todo, incluindo todas as coisas, não somente os humanos, sua imagem e semelhança (cf. Gn 1, 27), sua obra-prima, mas ama a criação toda, porque a carne do homem também foi modelada com a argila do solo (cf. Gn 2, 7) e há, de certa forma, nisto um vínculo entre o ser humano e todas as coisas boas criadas por Deus.

Não menos audaciosa do que o reconhecimento do carácter salvífico das coisas é a declaração do amor de Deus por elas: «Tu amas [agapân] todas as coisas que existem» (Sb 11,24). (...) Se é verdade que é impossível conhecer YHWH sem as coisas, como podemos amar a Deus sem amar as coisas?<sup>12</sup>

Se todas as coisas são boas porque criadas por Deus em sua bondade, só há uma forma de os humanos se verem privados do acesso às coisas boas criadas por Deus, ou seja, de experimentarem a indisponibilidade das coisas: esta forma é o pecado. No relato bíblico da criação vemos que Adão e Eva foram privados de gozar as coisas boas do paraíso porque

---

<sup>12</sup> Giovanni Cesare Pagazzi, *Fatte a mano L'affetto di Cristo per le cose* (Bologna: EDB, 2013), 62.

aceitaram a proposta da serpente para comer do fruto proibido e serem como deuses (cf. Gn 3,5). O fechamento a Deus tem como consequência a privação do paraíso e de todas as coisas boas criadas por Ele, a busca de uma plenitude sem Deus, esbarra conseqüentemente no pecado.

Nós somos feitos de tal modo que buscamos a plenitude. Não há nada de mal nesta busca pelo infinito inscrita em nós. Contudo, a narrativa bíblica salienta que o homem e a mulher querem chegar à plenitude por si mesmos. O pecado reside numa vontade de chegar à plenitude por nós mesmos. Para o autor bíblico, cada pessoa humana quer se realizar por si só, sem Deus. Tal é o fruto que o homem e a mulher comem: cada um gostaria que Deus não existisse para poder chegar à plenitude por si mesmo. A tentação permanente do ser humano é a de querer ser autossuficiente. Todo ser humano cai nesta tentação e se fecha a Deus. É esse fechamento que constitui o pecado.<sup>13</sup>

Reconhecer a relação de Deus com todas as coisas significa, conseqüentemente, reconhecê-lo como único: único Deus, responsável por tudo quanto existe no universo; e a criatura ao reconhecer esta verdade e prestar reverência a Deus, reconhece que não pode haver outros deuses, e que tão pouco se pode igualar a Deus, porque ao tentar se igualar com Deus comete o pecado, e ao cometer o pecado fica privado da bondade divina presente em todas as coisas. É isto que o relato bíblico parece evidenciar. Embora a problemática do mal mereça uma reflexão mais profunda, o texto bíblico parece já dar indícios suficientes para a compreensão de sua origem no mundo.

Os escritos bíblicos testemunham que o ser-homem foi criado bom e, não obstante, tentado para o pecado desde o início, e derrotado por esta tentação. Por isso, também a pergunta pela compreensão teológica do mal, existente por culpa do homem, bem como o mal sofrido pela fatalidade, faz parte dos temas que devem ser tratados na doutrina da criação.<sup>14</sup>

É evidente que, no contexto veterotestamentário, a relação do Criador com todas as coisas ocupa um lugar quase central na narrativa; há um reconhecimento por parte da criatura de que a ordem do mundo é regida pelo Deus Criador. A identidade de Deus se torna acessível à criatura através das coisas por Ele criadas. Fica bastante claro que não é possível conhecer

---

<sup>13</sup> Gilles Drolet, *Compreender o Antigo Testamento. Um projeto que se tornou promessa* (São Paulo: Paulus, 2008), 68.

<sup>14</sup> Dorothea Sattler e Theodor Schneider, "Doutrina da Criação" Em *Manual de Dogmática*, Vol. I (Petrópolis: Vozes, 2012), 157.

Deus sem a mediação das coisas, e que estas têm caráter salvífico, na medida em que foram criadas por Deus em sua bondade para que o homem as «dominasse» (Gn 1,26) e, através delas, tivesse vida em dignidade. A plenitude da revelação de Deus se dará com a encarnação do Verbo divino, e é bastante interessante o modo como Jesus irá se relacionar com as coisas, numa ótica muito semelhante à de YHWH, quando constata a bondade de todas as coisas.

Tal como no Antigo Testamento, a identidade de YHWH é plenamente reconhecível graças à sua relação singular com todas as coisas, assim também no Novo Testamento o mistério de Cristo é aceso através da confissão da sua ligação irrepetível com tudo. Isto fica muito claro nos textos mais antigos, como a profissão de fé em 1 Cor 8,6.<sup>15</sup>

Com a plenitude da revelação em Jesus, outra vez Deus deixará transparecer o seu amor pela criatura e pela criação, através dos gestos próprios do Cristo, que revelarão a bondade própria de cada coisa, como na passagem do Evangelho de São Marcos em que Jesus, à semelhança do Deus Criador, ratifica a bondade das coisas, neste caso específico dos alimentos.

Mesmo do ponto de vista antropológico e da história das religiões, o gesto de Jesus representa algo explosivo, um caso único: para os discípulos do Nazareno não há proibição, tabu ou proibição alimentar, já que todos os alimentos (nenhum excluído!) contribuem para a pureza do homem. O gesto do Senhor reflete o mesmo olhar do Criador, que “viu todas as coisas boas” (Gn 1, 31), e faz eco da afirmação da Sabedoria de que “todas as criaturas (nenhuma excluída!) são portadoras da salvação” (Sb 1,14).<sup>16</sup>

Bondade e salvação são elementos essenciais da relação de Deus com sua criação e suas criaturas; quando os humanos, em sua liberdade, não optam pelo pecado, as coisas estão sempre disponíveis para a sua salvação, porque Deus assim quis desde o início da criação: que os humanos «dominassem» as coisas e que, da sua bondade, alcancem, para além da sua dignidade, a sua própria salvação.

## **1.2. O caráter histórico da relação de YHWH com todas as coisas**

A intervenção de YHWH a favor do seu povo contém ricos detalhes na narrativa bíblica. Israel é exortado pelos profetas a reconhecer os feitos do Deus criador e salvador, que intervém

---

<sup>15</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 71.

<sup>16</sup> Giovanni Cesare Pagazzi, *La cucina del Risorto. Gesù cuoco per l'umanità affamata* (Bologna: EMI, 2014), 22.

a favor do seu povo em diversas circunstâncias. A fidelidade de Deus às promessas feitas é um sinal de que Ele age na história concreta a favor do seu povo, mesmo quando este povo em determinados momentos vacila na confiança no seu Deus.

A eleição de Israel por Deus é prova desta significativa intervenção divina na história do seu povo. Deus age diretamente na história concreta de um povo, e prova através de suas promessas e de sua aliança com este mesmo povo, que quer que ele caminhe na sua presença e nos seus preceitos. Israel experimenta de certa forma o cuidado mais profundo e concreto de um Deus que, do alto da sua onipotência, revela-se ocupado e empenhado em estabelecer um vínculo com a humanidade, representada por aquela raça e nação escolhida.

Este desejo de estar com a humanidade se torna objeto de uma promessa feita a Abrão. Deus promete que ficará para sempre com seu povo: “Estabelecerei minha aliança entre mim e ti, e tua raça depois de ti, de geração em geração, uma aliança perpétua, para ser teu Deus e o de tua raça depois de ti” (Gn 17,7). A aliança remete ao amor de Deus a cada ser humano. No Deuteronômio, as palavras aliança e amor são indissociáveis: “Saberás, portanto, que Iaweh teu Deus é o único Deus, o Deus fiel, que mantém a Aliança e o amor por mil gerações” (Dt 7,9)<sup>17</sup>

Israel aprende desde sempre a reconhecer a supremacia divina na criação e no governo contínuo que Deus faz das coisas criadas. O Deus de Abraão de Isaac e de Jacob, deve ser louvado e glorificado por todo bem que fez pelo seu povo. A ação de Deus na história concreta de Israel é claramente manifesta pela aliança, que nunca é quebrada da parte de Deus. «Assim, Deus está presente em toda a história de Israel. Sua presença se manifesta nos episódios da fuga do Egito, da marcha pelo deserto e da conquista da terra prometida»<sup>18</sup>.

Ao falar da relação de YHWH com todas as coisas, no contexto do judaísmo, há um certo risco de se resvalar para um pensamento panteísta, no sentido de confundir Deus com todas as coisas. O que distingue do panteísmo a relação de YHWH com todas as coisas, é que para Israel a relação de Deus com todas as coisas não faz de Deus todas as coisas, mas faz com que estas, porque estão relacionadas com Deus e sobretudo por serem criadas por Ele, tenham sentido salvífico para o povo de Israel. Deus está claramente para o hebreu acima de todas as coisas; a novidade é que a relação de Deus com todas as coisas e a relação da criatura com as coisas podem trazer a salvação. A Torá é ao mesmo tempo sinal da aliança de Deus com o seu povo e guia para este, no sentido de ser a Lei dada pelo próprio Deus e escrita pelas mãos de Moisés; deste modo a atenção à Torá torna-se também atenção às coisas e ao seu sentido salvífico.

---

<sup>17</sup> Drolet, *Compreender o Antigo Testamento*, 124-125.

<sup>18</sup> Drolet, *Compreender o Antigo Testamento*, 126.

A observância da Torá é a observação atenta das coisas porque são “belas” (Sir 39,16) e eis uma das afirmações mais audaciosas das Sagradas Escrituras! “são portadoras da salvação” (Sb 1,14). Para salvar-se é necessário observar a Lei e, portanto, aceitar o ensino das coisas cada vez mais regular, útil e resistente, preparando-se para o seu trabalho obstétrico. A observação das coisas encontra expressão muito elevada nos capítulos 42-43 do Eclesiástico.<sup>19</sup>

A fé dos israelitas era inovadora em muitos sentidos, o que de certa forma os caracteriza como povo distinto de outros povos. A fé dos patriarcas passada de geração em geração, é quase um distintivo para o hebreu. O Deus que tudo criou e governa todas as coisas é também o Senhor da história de Israel que age em favor do seu povo por meio das coisas e sinais visíveis; os textos pós-exílicos, retratam bem a fé neste Deus que intervém e salva.

A fé em Javé, o Deus do céu, que fez o mar a terra firme, era o distintivo de identificação dos hebreus no estrangeiro (cf. Jn 1,9). A crença na atividade criadora de Javé antes de todo tempo passou a ocupar o início dos textos pós-exílicos que davam uma visão retrospectiva da fé dos israelitas (cf. Ne 9,6). Por isso a redação final do Pentateuco colocou no início do relato sobre a ação salvífica de Javé no mundo e na humanidade sua obra da criação.<sup>20</sup>

A história de Israel é também a história de Deus para com a humanidade. O caráter histórico desta ação está contido na aliança de Deus para com este povo. No deserto depois da fuga do Egito, quando Deus confia a Israel o cultivo da terra prometida, quando Israel se encontra no exílio, longe da terra prometida. Todos estes acontecimentos revelam o caráter histórico da relação de YHWH com todas as coisas, mas sobretudo também com toda a humanidade. O povo hebreu crê no Deus que fez todas as coisas, e é através das coisas que chega à realidade divina, e Deus da mesma forma age na história de Israel na sua relação com todas as coisas, demonstrando assim o caráter salvífico das mesmas.

### **1.3. Jesus, Filho do Deus criador**

A filiação de Jesus é tema muito pertinente quando se fala de plano salvífico de Deus para a humanidade. O mesmo Deus que criou tudo, quer salvar a humanidade e para levar a cabo

---

<sup>19</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 61.

<sup>20</sup> Sattler e Schneider, “Doutrina da Criação”, Vol. I, 134.

esta vontade, enviou o seu Filho como redentor e salvador da humanidade pecadora que, em sua liberdade, cria mecanismos e esquemas que impedem o ser humano de realizar-se como tal, em sua dignidade e direito máximos. Em Jesus Cristo, Deus continua a manifestar o seu afeto e amor para com a sua criatura; o Filho em sua obediência ao Pai também é reflexo deste mesmo amor que emana do seio da Trindade.

Seguindo o modelo de uma Cristologia histórica podemos, a partir da vida concreta de Jesus e das suas vivências, apontar para sua origem, ou seja, sua filiação divina. É com base no Jesus histórico, naquilo que pregou, viveu e fez que conseguimos aceder a este mistério do envio do Filho Eterno de Deus. Nesta perspectiva, todas as afirmações cristológicas sobre a pessoa de Jesus partem de sua realidade histórica. Na atuação de Jesus entre os homens, Deus se deu a conhecer, o Deus da criação, que cria em liberdade e amor; com a encarnação do Verbo, adentra na realidade da criatura de forma inédita e única. Cristo, o único mediador de Deus para a humanidade, com sua encarnação é prova de que Deus em seu amor tem um afeto incansável pela realidade criada e não cessa de estabelecer sua presença entre os Homens.

Se o Deus da redenção, revelado em Jesus Cristo, é o mesmo que o criador do mundo e do ser humano, então seu agir salvífico deve ser entendido como expressão de sua insistência em seu ato criador, e o envio do novo homem escatológico deve ser visto em conexão com a criação do ser humano no princípio.<sup>21</sup>

Jesus Cristo, na analogia do novo Adão, resgata a humanidade outrora perdida em sua presunção de ser como Deus. Jesus, em contraposição ao primeiro homem, distingue-se também por um aspecto, que é a sua obediência filial ao Pai. Enquanto Adão foi desobediente à orientação divina no paraíso, Jesus, o novo Adão não tenta se igualar a Deus seu Pai, mas assume a sua filiação. Como Filho obediente, abdica de sua própria vontade para fazer a vontade do seu Pai. Paulo, em sua carta aos filipenses, diz-nos:

Ele estando na forma de Deus não usou do seu direito de ser tratado como um Deus mas se despojou, tomando a forma de escravo. Tornando-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como um homem abaixou-se tornando-se obediente até a morte, à morte sobre uma cruz. (Fl 2, 6-8)

Mais uma vez, na analogia de Jesus como o novo Adão, são os dados concretos da obediência filial de Jesus que o caracterizam como o Filho de Deus, na concretude de sua

---

<sup>21</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 424.

obediência e do seu amor por todos até ao fim (cf. Jo, 13, 1); à luz do evento pascal a identidade de Jesus como o Messias de Deus, se torna visível. “A história de sua atuação terrena e de sua paixão, a qual o revela à luz do evento pascal como o Filho de Deus, não é algo acidental em relação a sua identidade como pessoa”.<sup>22</sup>

O título de Messias de Deus, está intrinsecamente ligado com a filiação divina. Na tradição veterotestamentária, a filiação divina está vinculada sobretudo à eleição livre e gratuita da parte de Deus, na qual o eleito, no caso o filho, recebe uma missão, a qual deve cumprir fielmente. No processo de Jesus, uma das acusações que pesava sobre Ele advinha justamente do fato de Ele ter se feito Filho de Deus, ou seja, supostamente ter atribuído a si próprio o título de Messias de Deus.

Ao Messias real compete o título “Filho de Deus”, porque, de acordo com Sl 2.7 e 2 Sm 7.14, o rei na sucessão de Davi se chama filho de Deus. A designação “Filho” liga, portanto, o título de Messias, não reivindicado por Jesus, mas ligado à sua pessoa como motivo de sua condenação e execução, com a relação com Deus como Pai, sendo característica para Jesus.<sup>23</sup>

No Novo Testamento, vemos um Jesus que faz questão de guardar o segredo messiânico; no evangelho de Marcos, fica muito evidente este cuidado de Jesus em não se assumir como o Messias de Deus. Jesus interpela tanto as pessoas (cf. Mc, 1, 44) como aos demônios (cf. Mc, 1, 23-25) para que não desvelem a sua identidade. Este cuidado de Jesus pode estar relacionado com a esperança messiânica por parte do povo israelita, que nada tem a ver e não coincidiu em muitos aspectos com a postura e o modo de libertar encarnado por Jesus.

O título de filho ou filho de Deus no Antigo Testamento tem que interpretar-se a luz da fé e da eleição e das concepções teocráticas em que se baseiam. A filiação divina não se fundamenta, portanto, na descendência física, mas na eleição livre e gratuita de Deus. Assim o eleito para filho de Deus recebe uma especial missão histórico-salvífica, que o obriga a obediência e ao serviço. Assim pois, o título de filho de Deus não se entende no Antigo Testamento de modo natural-substancial, mas funcional e pessoal.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 431.

<sup>23</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 511-512.

<sup>24</sup> Walter Kasper, *Jesús el Cristo*, trad. Severino Talavero Tovar (Salamanca: Ediciones Sígueme, 2012), 244.

Quando se fala de messianismo é quase imprescindível a sua ligação com o fato da esperança da restauração do povo de Israel; o título de Messias era tradução desta esperança de libertação política. Mas a postura de Jesus era inconciliável com esta esperança, de modo que “o título de Messias somente foi associado à figura de Jesus primeiramente por meio de sua condenação como pretendente a Messias”.<sup>25</sup> A missão de Jesus supera a esperança messiânica, por parte dos hebreus, porque não foi de encontro à glória que se esperava desta figura, mas por sua obediência filial é que Deus, seu Pai, o ressuscitou e o confirmou como Messias vindouro. Neste sentido, Jesus é confirmado como Messias por Deus, porque em sua obediência filial fez a vontade do Pai até às últimas consequências. O Messias de Deus não é aquele libertador que traria a renovação e a independência política, mas é Jesus o servo sofredor de Isaías e crucificado “Eis que meu Servo prosperará, ele se elevará, será exaltado, será posto nas alturas. Exatamente como multidões ficaram pasmadas à vista dele, pois ele não tinha mais figura humana e sua aparência não era mais a de homem”. (Is, 52,13-14). Não é, neste caso, a glória poderosa do Messias com seu exército que caracteriza a filiação divina de Jesus, mas sua livre obediência ao Pai, que o conduzirá à cruz, a consequência última desta obediência filial.

Em todo caso, a condição de Filho e a obediência ao Pai são inseparáveis. A obediente subordinação ao Pai caracteriza Jesus como o Filho. Ele se deixa conduzir pelo Espírito de Deus, como escreve Paulo (Rm 8.14): Por isso sua obediência não é a obediência hétero-determinada dos escravos, mas manifestação da livre concordância com o Pai, e por meio desse Espírito ele tem a vida eterna em si, que em sua ressurreição dentre os mortos o comprova como o Vivo imortal.<sup>26</sup>

Jesus, em toda a sua vida pública, nunca usurpou para si os atributos divinos de seu Pai, antes procurava sempre remeter para Deus toda a razão do seu ministério entre os Homens. Esta comunhão de Jesus com Deus é o sinal claro de sua filiação e ao mesmo tempo da sua auto diferenciação em relação ao Deus criador. Na resposta a Filipe, no evangelho de São João, em que o discípulo pede para que Jesus lhes mostrasse o Pai, Ele respondeu-lhe: “Quem me vê, vê o Pai. Como podes dizer: “Mostra-nos o Pai!”? “Não crês que estou no Pai e o Pai está em mim?” (Jo, 14,9). Esta declaração de Jesus revela ao mesmo tempo a sua comunhão com Deus, e por outro lado sua auto diferenciação em relação ao Deus criador de todas as coisas. Jesus não se faz igual a Deus, mas ressalta sempre sua comunhão pela filiação.

---

<sup>25</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 443.

<sup>26</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 448.

Jesus não se fez igual a Deus por si mesmo, também não no sentido que ele mesmo se tivesse declarado Filho de Deus (Mc 14.61). Muito antes, ele se distinguiu de Deus ao subordinar-se ao Pai, para, por meio de todas suas ações, servir ao governo do Pai. Com isso, demonstrou ao Pai a honra que toda a criatura lhe deve como ao único Deus. Ele é o Filho somente nesta autodistinção em relação ao Pai por meio de subordinação sob seu governo régio e no serviço a ele.<sup>27</sup>

A comunhão de Jesus com o Deus Eterno não pode simplesmente ser reduzida apenas à sua existência terrena. É verdade que é a partir dela que chegamos ao conhecimento e à revelação de Deus no ser humano Jesus, mas limitá-la a sua existência terrena seria esquecer que já no ato criador de Deus o Filho precede todas as criaturas, como afirma o apóstolo Paulo em sua carta aos Colossenses: “Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criatura, porque nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra as visíveis e invisíveis: Tronos, Soberanias, Principados, Autoridades, tudo foi criado por ele e para ele. É antes de tudo e tudo nele subsiste” (Jo, 1, 15-17).

No evangelho de São João fica evidente a preexistência: João não nos diz que no princípio o Verbo estava com Deus e que o Verbo era Deus? (cf. Jo,1, 1). A comunhão do Filho Eterno com o Eterno Deus é já desde a criação, é evidente a ligação do Filho com o Pai antes de sua existência terrena. Nisto, há um contraste entre o Prólogo joanino e o relato da criação em Gêneses, como nos mostra Walter Kasper:

O prólogo do quarto evangelho faz três proposições fundamentais; o versículo começa assim: “No começo era o *logos*”. Não se diz quem é este *logos*, mas não há dúvida de que para João o *logos* não é outro que aquele de quem o versículo 14 se diz que se fez carne. Ou seja, é da pessoa histórica de Jesus Cristo da qual se diz que era já no começo. Esta fórmula, “No começo”, recorda a Gn 1, 1: “No começo criou Deus...”. Mas, a diferença de Gn, em João não se diz que Deus criou o *Logos* no princípio, de modo que este seja a primeira e mais nobre das criaturas de Deus. O *Logos* existe já no começo, é dizer, existe absolutamente como atemporal-eterno.<sup>28</sup>

O pertencimento do Filho ao Eterno Deus antes da sua existência terrena reforça sempre mais o dado da filiação; ao afirmar este pertencimento não se tem por intenção depreciar o fato da encarnação, pelo contrário, o que se pretende é, através desta fundamentação, ressaltar a encarnação de Jesus como o Filho de Deus. A primeira conclusão do evangelho de João

---

<sup>27</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 510.

<sup>28</sup> Kasper, *Jesús el Cristo*, 253.

evidencia o propósito do evangelista ao escrever o evangelho. “João conclui seu evangelho com a profissão de Tomé: “Meu Senhor e meu Deus” (20,28) e diz que o que interessa no seu evangelho é que se creia “que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus” (19,7).”<sup>29</sup>

Jesus é Filho de Deus, do Deus criador, e a preexistência do Filho também se verifica, na afirmação de Jesus Cristo como mediador da criação, por meio do qual são criadas todas as coisas. O Pai revelado unicamente no Filho continua a demonstrar o seu afeto pela criação, ao se tornar visível em Jesus; o Deus criador de todas as coisas não cessa continuar sustendo a criação sob o seu domínio régio. “Quem me vê, vê o Pai” (Jo, 14,9), quem vê Jesus vê, portanto, o Deus e Senhor da criação, só pelo Filho podemos aceder ao Pai.

A confirmação da mensagem de Jesus pelo Deus que o ressuscitou para a vida não diz apenas que Jesus agia em autoridade divina, mas também que Deus é desde a eternidade aquele como foi anunciado por Jesus. A mensagem e a história de Jesus contêm a revelação escatológica definitiva do Pai e de sua dedicação amorosa a criação. “Ninguém conhece o Pai senão unicamente o Filho e a quem o Filho quiser revelar” (Mt 11.27 par.).<sup>30</sup>

Ainda que não se possa reduzir o pertencimento do Eterno Filho ao Eterno Pai apenas à sua existência terrena, por outro lado não se pode também, de qualquer forma, separar a sua preexistência da relação histórica do Filho com o Pai; esta, é essencial para que se possa compreender a comunhão entre Pai e Filho. A identidade do Eterno Pai foi revelada pelo seu Filho obediente, e esta identidade revelada é inseparável da conduta e da realidade concreta encarnada na pessoa de Jesus. Não há uma esquizofrenia de sentido, mas uma complementariedade entre preexistência e historicidade.

Correspondentemente a existência histórica de Jesus deve ser concebida então como evento da encarnação do Filho preexistente. O Filho preexistente certamente não pode ser concebido isolado da histórica relação de Filho com Deus se a afirmação de sua preexistência está fundamentada somente nisso. Teologicamente, a eterna relação do Pai com o Filho não pode ser separada de sua encarnação na existência e na atuação históricas de Jesus.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Kasper, *Jesús el Cristo*, 255.

<sup>30</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 515.

<sup>31</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 516.

A encarnação do Filho de Deus, se deu ao longo da sua vida e não somente no momento do seu nascimento. Todo o conteúdo da vida terrena de Jesus é prova da sua mediação de Deus, na filiação. O Deus Criador quis estabelecer uma nova aliança com a humanidade, e com o evento Cristo adentra na concretude da historicidade com a encarnação, para continuar a sustentar e demonstrar todo o seu afeto para com a criatura e a criação num todo. A recapitulação de todas as coisas em Cristo, o Filho de Deus, é a demonstração de que a salvação é possível e disponível a toda criatura, porque o Deus Criador assim o quer.

A consumação da obra salvífica de Deus é realizada por Jesus, aquando da sua morte na cruz. É à luz do evento pascal que tudo faz sentido e se confirma. Mesmo para os discípulos, algumas palavras do Mestre só fizeram sentido e puderam ser compreendidas à luz da ressurreição e com o auxílio do Espírito Santo. Relativamente à sua filiação também podemos nos valer do mesmo entendimento; a relação filial de Jesus com o seu Pai tem sua consumação na sua paixão, morte e ressurreição. Jesus é o Filho de Deus porque fez a vontade do Pai até ao fim.

Jesus foi o Filho do Pai desde sempre, mas primeiro por sua paixão ele foi aperfeiçoado em sua filialidade (Hb 5.9; cf. 2.10). Somente no todo de seu caminho ele é o Filho. Por isso a afirmação da encarnação não deve ser restrita ao início desse caminho, na geração de Jesus e seu nascimento. Se posteriormente, em seu desenvolvimento humano, tivesse trilhado outro caminho, se não tivesse sido batizado por João, se não tivesse tornado o pregador do reino de Deus, se não tivesse assumido as consequências de sua missão por meio da aceitação da sua paixão, ele não seria o Filho de Deus. E ele o é somente à luz da manhã da Páscoa, porque primeiro nessa luz seu caminho está determinado inequivocamente como um caminho da obediência e não da presunção humana.<sup>32</sup>

Em toda vida pública de Jesus, a sua relação com o Deus criador, seu Pai, é sinal visível da comunhão filial existente da parte de Jesus, e ao mesmo tempo da sua auto diferenciação. O desfecho da sua missão, lido a partir da Páscoa é, portanto, o ápice desta comunhão filial. Ao tratar desta temática, os horizontes se abrem para a perspectiva da historicidade do Filho de Deus, mas isto será tema para o capítulo segundo.

#### **1.4. A humanação do Filho como presença do Deus Criador no mundo**

Jesus Cristo é a revelação definitiva de Deus ao mundo; através de sua missão salvífica concretizou a presença de Deus entre os Homens. Por meio do Filho, o Deus Criador se insere

---

<sup>32</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 537.

e se dá a conhecer ao mundo. Embora Deus não tenha necessidade do mundo para existir, criou na liberdade e no amor, e com a humanação do seu Filho reina já agora e ainda não. Nesta tensão escatológica inaugurada pelo Filho, Deus se faz ainda mais presente no meio das criaturas, no seu governo régio e perene sobre o mundo. “A criação é um ato livre de Deus, do lado do Pai do mesmo modo como do lado do Filho. Mas a criação do mundo implica a humanação do Filho. Pois ela é o meio para realizar o governo régio do Pai no mundo. Sem governo sobre sua criação Deus não seria Deus.”<sup>33</sup>

A soberania do poder divino sobre todo o mundo, se torna evidente na existência e na essência da criação. Mas a criatura em seu livre-arbítrio pode voluntariamente ignorar esta realidade do poderio régio-criador de Deus; por este motivo a humanação do Filho resgata toda esta ignorância e lança as sementes da verdade nos corações dos Homens.

A realidade criatural já é em sua existência e em sua essência expressão do poder criador de Deus e testemunha através disso seu reinado. Não obstante, por outro lado, o conhecimento do reino de Deus é bloqueado pela autonomia das criaturas para elas mesmas e para o observador do mundo das criaturas.<sup>34</sup>

A revelação de Deus e a sua autorrealização no mundo tem como ponto fulcral a pessoa de Jesus. N’Ele, definitivamente Deus se revelou de uma vez por todas; haverá sim uma nova vinda do Filho do Homem (cf. Lc, 21-27) mas não haverá outra revelação. “Portanto, se Deus se revela em Jesus Cristo de forma escatológica e definitiva como amor que se comunica a si mesmo, então a autocomunicação de Deus entre o Pai e o Filho constitui a eterna essência de Deus mesmo”.<sup>35</sup>

Ao inaugurar o reino de Deus entre os Homens, o Filho, na sua missão, torna o futuro de Deus presente no mundo, remetendo, portanto, a uma esperança escatológica, mas que diz sobretudo da presença de Deus no mundo, do seu reino que já começa aqui e agora entre os Homens. A salvação se torna acessível a toda criatura, porque na obediência filial de Jesus, o governo régio do Pai se torna presente no mundo.

Pelo acontecimento da humanação do Filho, o governo régio do Pai foi realizado na criação ou, em todo caso, irrompeu nele, ao tornar-se realidade presente em um ser humano. Por meio desse um ser humano, no qual o Filho assumiu figura humana, o governo régio de Deus também se tornou presente para outros seres humanos e se tornou

---

<sup>33</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 544.

<sup>34</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 544.

<sup>35</sup> Kasper, *Jesús el Cristo*, 271.

a força que determina sua vida e a preenche com novo conteúdo eterno. A realização do governo régio de Deus no mundo por meio da humanação do Filho e a reconciliação do mundo por meio dele são os dois lados do mesmo fato.<sup>36</sup>

A presença de Deus no mundo é sinônimo do seu Reino inaugurado por Jesus. Se o reino de Deus já é possível agora entre os Homens, é sinal de que sua presença no mundo é uma realidade assimilada, graças à humanação do Filho. O Reino ainda não está em sua plenitude entre os Homens, mas o testemunho de Jesus faz dele o sinal escatológico de Deus. É precisamente neste diálogo entre anúncio do Reino de Deus e a sua presença no mundo que a pessoa de Jesus se torna sinal de esperança de Deus entre os homens.

Jesus não pregou uma cristologia explícita. Mas as linhas gerais de sua mensagem apontam para ele mesmo como sinal escatológico de Deus, para seu destino como o “agora” de Deus. A própria pessoa de Jesus situa-se no “ponto de fuga” de tudo o que ele diz sobre o Reino de Deus.<sup>37</sup>

O Reino de Deus entre os homens significa que Deus exerce o seu domínio sobre o mundo, o Criador estabelece o seu governo régio na criação. Há, nisto, uma perfeita harmonia entre a figura de Jesus e o Reino de Deus, porque o Reino não poderia ter se revelado sem a mediação de Cristo. Em sua missão, o Reino se torna visível para toda a humanidade, não como um lugar específico distante e inalcançável, mas perto, acessível, entre nós. “A vinda do Reino de Deus não é observável. Não se poderá dizer: ‘Ei-lo aqui! Ei-lo ali!’ , pois eis que o Reino de Deus está no meio de vós”. (Lc 17, 20-21). O Reino não se configura, neste caso, num lugar físico específico, mas a boa vontade de cada ser humano pode fazer com o que o reino aconteça no coração de cada humano e na alteridade.

Jesus é o Reino, não apenas em sua presença física, mas por meio do poder do Espírito Santo, que dele irradia. Em seu efeito pneumático, que liberta o homem de sua escravização demoníaca, o Reino de Deus é realidade, o que significa que Deus toma em suas próprias mãos o governo do mundo. Lembremo-nos de que o Reino de Deus é um evento, não um lugar; as ações, palavras e sofrimentos de Jesus anulam o poder da alienação que pesa sobre o homem, libertam-no, isto é, instauram o governo de Deus. Jesus é o Reino de Deus, porque por meio dele o espírito de Deus age no mundo. (...) O

---

<sup>36</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 545.

<sup>37</sup> Joseph Ratzinger, *Escatologia Morte e Vida Eterna* (São Paulo: Molokai, 2020), 56.

tema do Reino converte-se em Cristologia, porque é de Cristo que vem o espírito, que é o governo de Deus.<sup>38</sup>

Com Cristo e em Cristo, Deus reina na plenitude dos tempos. A encarnação é definitivamente o ápice da revelação de Deus ao mundo. Por isto, pode-se reforçar a ideia de que a humanação do Filho constitui a presença de Deus no mundo da forma mais plena e total. Sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, Cristo é desde a eternidade o sentido de toda a criação, o Filho amado do Deus Criador.

Criação e redenção reúnem em Cristo a imagem do Deus Eterno, bem como a sua vontade expressa no plano salvífico levado a cabo por Jesus até à sua morte e ressurreição. Ou seja, a continuidade da criação alcança sua plenitude na encarnação do Verbo, a salvação chega a toda criatura por Ele. A graça divina adentra a realidade criatural e se faz presente no mundo; é Deus que se realiza no mundo, em Jesus Cristo o Criador renova todas as coisas. O pecado que outrora rompeu a harmonia da criação, em Cristo é superado e na criação Deus reestabelece a harmonia, sem jamais violar a liberdade da criatura.

Por isso se perguntamos para terminar: “cur Deus homo?”, temos que responder com o credo apostólico: “propter nos et propter nostram salutem”. A encarnação de Deus é a recapitulação e plenitude superabundante da história, a plenitude do tempo; é por isso que o mundo atinge o seu ser total e a sua salvação.<sup>39</sup>

Por meio do Filho humanado, Deus se faz presente no mundo, a missão de Jesus também foi dar a conhecer o seu Pai, de modo a tornar visível em sua própria imagem a imagem de Deus. O Senhor de todas as criaturas habitou no meio delas, o criador, que ama tudo o que criou, quer, por meio da missão confiada ao Filho, redimir toda criação, e esta redenção só pode ser mediada pelo próprio Cristo; a sua entrega até ao fim, abriu ao mundo a salvação. Deus revela-se e realiza-se no mundo das criaturas, dando-se a conhecer por meio de seu Filho. A partir desta revelação é que todos os crentes, nomeadamente os cristãos, professam a sua fé em Jesus como o Messias de Deus.

O cristão não acredita numa multiplicidade de coisas, no fundo, crê simplesmente em Deus, crê que existe um único e verdadeiro Deus. Porém esse Deus torna-Se-lhe acessível n’Aquele que Ele mesmo mandou: Jesus Cristo. No encontro com Ele, verifica-se aquele conhecimento de Deus que se torna comunhão e, desse modo, se torna

---

<sup>38</sup> Ratzinger, *Escatologia Morte e Vida Eterna*, 58-59.

<sup>39</sup> Kasper, *Jesús el Cristo*, 286.

“vida”. Na fórmula dupla “Deus e Aquele que Ele enviou” pode-se ouvir o eco daquilo que aparece muitas vezes sobretudo nos oráculos do Senhor presentes no livro do Êxodo: devem acreditar em “mim” - em Deus – e em Moisés, o seu enviado. Deus revela o seu rosto no enviado e, de forma definitiva, no seu Filho.<sup>40</sup>

O envio do Filho ao mundo e sua atividade no meio dos Homens também pode ser lida na perspectiva da glorificação do Deus Eterno. Na oração sacerdotal de Jesus, Ele pede ao Pai que o glorifique, mas não para sua glória própria, mas para que possa glorificar o Pai. “Pai, chegou a hora: glorifica o teu Filho, para que o teu Filho te glorifique”. (Jo 17, 1) Ao glorificar o seu Pai entre os Homens, Jesus realiza, instaura o Reino e o governo de Deus no mundo, em rigor, torna a deidade de Deus presente e visível ao mundo das criaturas. O Cristo joanino pede a glorificação ao Pai, na iminência da consumação da sua missão entre os homens, e esta será sustentada pela ação do Espírito, deste modo o governo de Deus se torna perene na criação.

O Filho realizou a deidade do Pai no mundo, glorificou seu nome e seu governo régio no mundo. Na verdade, sua glorificação no mundo já pressupõe sua subsistência na eternidade de Deus, mas no mundo o governo régio do Pai se realiza somente pelo Filho e pelo Espírito, quando o Encarnado glorificou o nome do Pai entre os homens por meio da obediência de sua missão, e o Espírito ensina a reconhecê-lo nisso como Filho obediente a sua missão. Visto que a deidade de Deus não pode ser separada de seu governo régio, segue-se que a irrupção do futuro do reino de Deus tem por conteúdo, na atividade do Filho, a realidade de Deus no mundo e para o mundo.<sup>41</sup>

A glorificação do Pai por meio do Filho é, portanto, mais uma forma da presença de Deus no mundo, que se perpetuará pelo Espírito que dará continuidade no coração dos crentes a consciência da obra de Deus iniciada na criação. Na encarnação do Filho a criação teve sua reconciliação com o seu próprio Criador, de modo a reconfigurar o seu futuro outrora manchado pelo pecado. O evento pascal implica a superação da condenação e da morte, por vontade e amor do Deus Eterno, que não abandona sua criação à própria sorte, mas que desde o princípio do ato criador sustém e mantém seu afeto pela obra criada. Afeto este, que atinge seu ponto alto na encarnação do seu Filho, que renova todas as coisas e, na sua mediação única, definitiva e perfeita reconfirma o amor de Deus por toda a criação. Nisto, todos os crentes devem glorificar o Pai, o Filho e o Espírito.

---

<sup>40</sup> Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré, Parte II, Da Entrada em Jerusalém até a Ressurreição* (Cascais: Principia, 2011), 77.

<sup>41</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 547.

A glorificação do Pai e do Filho nos crentes, que é obra do Espírito, visa, portanto, a reconciliação do mundo com Deus, que está ligada à superação de sua condenação à morte e encontrará sua consumação por meio de participação na vida eterna que liga o Filho com o pai por meio do Espírito, e que em seu ressuscitamento dentre os mortos já irrompeu como futuro da criação.<sup>42</sup>

O futuro da criação está em Deus, dele proveio e para Ele há de voltar, e em nenhum tempo Deus deixou de manter o seu afeto pela sua obra boa: “Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom”. (Gn 1, 31) O próprio Criador reconheceu a bondade de todas as coisas criadas por Ele, não há nada de mal ou ruim, o mal não provém dele nem das coisas criadas por Ele. No segundo capítulo deste trabalho, nos concentraremos na figura do Cristo histórico abordando os diversos aspetos da sua missão. Neles procuraremos reconhecer este afeto do Deus Criador por todas as coisas, e de que forma isto tem valor salvífico para toda a criatura.

---

<sup>42</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 551.

## CAPÍTULO II – A REVELAÇÃO SALVÍFICA DE DEUS NO JESUS HISTÓRICO

Refletir sobre o caráter histórico da pessoa de Jesus é sempre um desafio, porque por vezes há uma opinião pronta de que o caráter histórico da pessoa de Jesus tende necessariamente a contrariar a sua divindade, bem como a colocar em causa a sua pregação e a sua obra, que é salvífica porque originada por Deus. Hoje, com a constatação da importância da abordagem histórico-crítica, este preconceito já não tem tanta relevância. Sabe-se da real importância do critério histórico-crítico, para a verdadeira investigação, e os contributos indispensáveis que este oferece para uma boa e correta interpretação de quem foi Jesus de Nazaré, assim como detalhes e fatos concretos de sua vida terrena, conjugados à luz das Sagradas Escrituras, podem nos fornecer uma ampla compreensão dos desígnios salvíficos que são revelados e concretizados na pessoa de Jesus de Nazaré.

O Jesus terreno e o Cristo da salvação anunciado pelas comunidades primitivas são a mesma pessoa, não há nisto uma dicotomia. A afirmação da existência de uma das naturezas não anula a existência da outra; aliás, esse foi um dos problemas que a reflexão cristológica e dogmática teve de resolver. Deus revela-se na pessoa de Jesus, na sua existência humana plena, e em tudo aquilo que realizou por meio de sinais e obras. Não há um Cristo da salvação e um Jesus humano, antes a salvação acontece no próprio Jesus que é o Cristo, justamente porque n'Ele Deus opera o seu plano salvífico. Portanto, o anúncio das comunidades primitivas, sobretudo daquelas que beberam diretamente do testemunho apostólico, está intrinsecamente ligado à presença concreta de Jesus naquilo que fez e realizou, à sua obra salvífica, à revelação de Deus no seu Cristo.

Nos diversos momentos da história da salvação, Deus se revelou no meio da humanidade seja pela lei, pelos profetas e por último e de modo definitivo em Jesus Cristo. A oferta da salvação divina atingiu o seu ponto máximo na *kenosis* de Jesus, seu Filho. N'Ele, Deus quis continuar a ofertar a salvação a toda humanidade, e fica claro na atitude de Jesus que Deus, seu Pai, é o Deus que quer salvar, e que na sua pessoa, única mediação direta do próprio Deus na humanidade, está a salvação de toda a criatura. Postas estas considerações iniciais, podemos prosseguir na investigação, nos concentrando em um primeiro momento no caráter histórico da pessoa de Jesus, e de que forma podemos, em contato com este dado, encontrar elementos da revelação divina.

Para que os Homens pudessem ter conhecimento e acesso à salvação definitiva ofertada por Deus, foi necessário que Este se revelasse. Vale ainda ressaltar que, dentro da história da

salvação, há diversas teofanias nas quais Deus se revela e se dá a conhecer. De certo modo, toda revelação, por si mesma, já é uma ação que visa diretamente a salvação, porque sem a revelação divina o Homem não teria conhecimento por si só do desejo salvífico de Deus.

Em Jesus, Deus se revela de forma plena e extraordinária, no sentido de que a presença de Deus em Jesus é um evento único na história da salvação. A Encarnação, é o ápice desta revelação divina. Ao entrar na história concreta e cronológica do Homem, Deus se torna acessível a todos e a oferta de salvação passa agora a integrar a história, de modo que seu alcance se torna um evento histórico, dentro do tempo e da história humana. E, posteriormente, a resposta que se foi dando a esta oferta de salvação possibilitada pela encarnação do *logos* divino ao longo dos séculos é nitidamente perceptível. O curso da história, depois do evento Cristo, adquiriu para si uma novidade; o cristianismo, dentro do curso da história, representa um divisor de águas. Com isto, não se quer fazer um juízo de valor da resposta que se foi dando ao longo dos séculos à oferta de salvação operada por Deus através de Jesus de Nazaré; pretende-se antes, chamar a atenção para o fato de que o evento Jesus Cristo, e N'Ele a oferta de salvação de Deus a toda criatura, é um dado concreto no curso da história.

A força da mensagem e da pregação de Jesus vai adquirir o impulso inicial com a adesão fiel da comunidade primitiva a esta mesma mensagem, representada naquelas pessoas que receberam o impulso diretamente da convivência com Jesus ou com os apóstolos, que por sua vez também transmitem a mensagem que receberam diretamente do seu Mestre. O Novo Testamento é, para nós, a fonte segura que nos permite constatar o modo como esta realidade inicial do desenvolvimento do cristianismo primitivo vai ganhar força e se desenvolver ao longo dos primeiros séculos.

Algo único, insubstituível, estava em andamento no Novo Testamento. Pois nos dá o mais direto, o único possível e historicamente mais fundado acesso ao acontecimento original: o movimento cristão que recebeu o seu impulso diretamente de Jesus de Nazaré. (...) As primeiras gerações cristãs creem que este Jesus (uma realidade histórica) é o Cristo (“abertura” que se exprime em termo judaico, sugestivo para elas). Elas veem as suas mais sublimes expectativas e utopias realizadas concretamente em Jesus. Não é Jesus, nem são as primeiras “comunidades eclesiais” que constituem a origem do cristianismo, mas Jesus com as comunidades juntamente, como oferta e resposta.<sup>43</sup>

A comunidade primitiva dá testemunho daquilo que viu e ouviu, daquilo que recebeu dos apóstolos. Jesus e sua mensagem começam deste modo a tomar forma na história e na vida

---

<sup>43</sup> Edward Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente* (São Paulo: Paulus, 2008), 51.

das pessoas que recebem a mensagem; são os primeiros passos de uma história que vai ter um impacto fulcral no curso da história. Dentro do contexto próprio de cada época histórica, os cristãos foram dando respostas à oferta da salvação operado por Deus em Jesus de Nazaré, o seu Cristo, e são também estas diferenciadas respostas que marcaram e continuam a impactar diretamente a história.

Somente uma pessoa de carne e osso poderia exercer diretamente na história tamanha influência; não se trata apenas de passar pela história, mas trata-se também de se tornar um evento de capacidade única, onde pessoa e mensagem fundem-se num postulado nunca visto, e que tem uma efetividade capaz de perdurar ao longo de séculos e de ainda hoje manter-se atual impactando tantas outras histórias, mudando cursos históricos pessoais e coletivos.

É evidente que a cristologia – isto é, o desenvolvimento do Cristo da fé – representou uma grande aventura intelectual e espiritual que marcou a nossa história. É possível que a doutrina da encarnação, tomada por si só, tenha se mostrado difícil de compreender, até mesmo insuportável para a razão, como diria Pascal. Mas isto não importa. É uma ideia extraordinária e, como tal, deve ser considerada decisiva para a história do ocidente. Falando do Verbo, os cristãos fizeram um gesto de cultura e de história. De tal modo que seria necessário afirmar que o mistério cristão é a própria verdade do nosso mundo.<sup>44</sup>

Há conhecimento de personalidades históricas que, por algum feito, possam ter contribuído significativamente para que a história pudesse tomar rumos diferentes e inovadores, mas nenhuma que se pode comparar com o evento Cristo; este difere de qualquer outra história que pudesse se assemelhar no aspeto factual-histórico, porque reúne em si características únicas e irrepetíveis que não se verificam em nenhuma outra possibilidade.

A inserção do cristianismo na história marcará definitivamente o destino do mundo. O impacto da revelação de Deus em Jesus é algo extraordinariamente atrativo e pode-se falar também em termos de oferta de salvação, para que não se perca de vista a essência da passagem de Jesus pelo meio da humanidade. Este caráter da abrangência da obra de Deus por Cristo traz algo de muito interessante em si mesmo, porque o alcance desta oferta de salvação chega também àqueles que não professam o valor salvífico desta revelação. Suas vidas de algum modo foram afetadas pela força deste evento.

---

<sup>44</sup> Adolphe Gesché, *Jesucristo* (Salamanca: Sígueme, 2002), 76.

Em virtude de sua existência Jesus Cristo impõe um postulado absoluto. Pelo seu próprio modo de ser está ele no centro do Universo. Não é uma autoridade exterior, meramente formal, que lhe dá esse lugar, mas a realidade que nele está, as dimensões da História que ele abriu, o futuro que em medida crescente o faz aparecer como ele mesmo, justamente mais uma vez pela novidade que ele traz, assim se tornando revelação de sua revelação. A consumação do mundo acontece na realização definitiva de seu próprio ser e precisamente assim pela “segunda vinda” do Senhor.<sup>45</sup>

A vida de Jesus está intimamente ligada à história humana; esta se entrelaça com os desígnios divinos concretizados por Jesus. Por ter sido verdadeiramente homem, sua humanidade alcança o nível pleno do caráter da historicidade, não vindo a história a partir de fora, mas vivendo dentro da própria história.

Sua vida esta ligada a partir de dentro à história humana. Pois à medida que essa história se desenvolve, (...) adquire ela no processo da crescente humanização um ordenamento sempre mais intensivo para com Jesus Cristo, que com ela se tem comprometido total e irrevogavelmente, revolucionando de dentro o seu destino e desta forma sendo o mais humano dos homens.<sup>46</sup>

A questão histórica a respeito de Jesus não é uma tentativa de validar a fé diante dos não crentes ou ainda uma tentativa de conversão com base empírica acerca da existência de Jesus. O dado histórico fornece um contributo inestimável para a correta compreensão dos acontecimentos importantes que caracterizaram a vida e a mensagem deixada por Jesus; a historicidade por si não é uma categoria imprescindível para o ato de crer, mas sua assistência para a adequada apreensão da fé é de real importância.

### **2.1. A relevância da abordagem histórico-crítica**

Sobre o fato de ter existido um homem chamado Jesus que fora criado em Nazaré e que percorrerá os caminhos da Galileia, é um dado seguramente histórico. Mas este dado, por si só, não é suficiente para que se possa ter uma boa compreensão, em sentido amplo, da obra realizada por Jesus. Por isto, a abordagem histórico-crítica busca, para além das muitas imagens de Jesus que se foram formando ao longo dos séculos, identificar conteúdos que possam estar

---

<sup>45</sup> Elmar Klinger, “Preâmbulo formal e introdução histórico-teológica” Em *Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, Vol. III (Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1972), 34.

<sup>46</sup> Klinger, “Preâmbulo formal e introdução histórico-teológica”, Vol. III, 36-37.

mais próximos da figura real de Jesus, desfazendo projeções errôneas e obstáculos que possam dificultar o acesso à real imagem de Jesus.

Segundo Edward Schillebeeckx, não são somente os crentes que projetaram e projetam imagens de Jesus ao longo dos tempos; aqueles que não creem n'Ele também têm imagens próprias acerca de quem foi Jesus. Sem a intenção de fazer juízo de valor do ato de se crer ou não, mas olhando profundamente esta questão, poderia se dizer que a imagem que muitos têm de Jesus, ou que lhes foi transmitida, poderá vir a constituir fator preponderante e influente sobre o ato da crença e da fé em Jesus.

“Imagens de Jesus” realmente precisam de crítica embora sejam indispensáveis na nossa opção decisiva por Jesus. Aliás, o mesmo vale também para quem não crê nele: não apenas a fé, também a descrença tem sua própria imagem dogmática de Jesus. A autoridade judaica e Pilatos condenaram Jesus porque formaram dele, para si uma determinada imagem. Desde antes da Páscoa, existiram “imagens de Jesus”, em sentido positivo ou negativo.<sup>47</sup>

Segundo esta perspectiva concluímos que crentes e não crentes podem ter uma imagem de Jesus, esta imagem eventualmente pode lhes possibilitar acreditar ou não em Jesus; no caso de Pilatos, a imagem que lhe transmitiram de Jesus foi contributo para a sua não crença. Ainda segundo Schillebeeckx, a partir do momento em que uma pessoa encontra salvação em Jesus, é legítimo que esta possa também projetar sobre ele suas esperanças de salvação, desde que estas estejam sob a tutela do critério de quem foi Jesus de Nazaré.<sup>48</sup>

Quando nos propomos analisar os critérios históricos acerca da vida de Jesus, por vezes esbarramos em uma muralha forte e que resiste, de modo quase que irredutível, à pesquisa histórica e científica. Na verdade, isto nos leva ao velho dilema entre fé e razão, que a esta altura encontra-se mais do que esclarecido, também pelo magistério da Igreja. Esta resistência poderá ser explicada, de modo geral, pela má interpretação que se faz do contributo que a cientificidade pode trazer para a fé, quando, em certa medida, o dado histórico obtido não corresponde à expectativa crente.

A abordagem crítica e histórica da Bíblia é uma possibilidade moderna nova. O que os fiéis imaginavam, a respeito da pessoa concreta de Jesus de Nazaré, não condiz, até certo ponto, com o que uma abordagem histórica já forneceu em dados cientificamente

---

<sup>47</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 57.

<sup>48</sup> Cf. Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 57.

certos. Por isso, muitos sente-se obrigados, por causa da sua fé cristã, a se opor contra o resultado crítico de estudos científicos.<sup>49</sup>

Como já vimos, é de grande relevância poder situar o cristianismo dentro da história, porque ajuda a compreender melhor as bases da fé, e conseqüentemente o próprio Jesus e a sua missão. O critério da crítica é um aliado neste sentido, porque pode e deve ser utilizado para credibilizar aquilo que, à luz da fé, já é a Verdade; e ao se fazer isto, não se está a instrumentalizar o dado histórico-crítico, mas com este, a atingir uma compreensão maior e melhor dos fundamentos da fé. Adolphe Gesché faz algumas provações muito pertinentes neste sentido; para ele, nem o crente nem a teologia podem prescindir da história:

O crente deve saber que a fé não pode desprezar a história, nem a teologia deixar de considerar as exigências históricas. Se a fé vê em Jesus de Nazaré o Filho de Deus, como poderá esta ser coerente consigo mesma, com sua doutrina da encarnação, se negligencia o homem em quem reconhece a transcendência e de quem diz estar investida? É a própria figura de Jesus a que correria então o risco de converter-se em um mito. E se a teologia não quer prescindir dos discursos humanos e correr o risco de deslizar para uma derivação irracional, como poderá exigir qualquer forma de coerência se ela mesma permanecer instalada no fideísmo, fechando os olhos à investigação histórica?<sup>50</sup>

Por outro lado, também será importante dizer que a crítica, por si só, não será capaz de desvelar Jesus por completo. O todo daquilo que Jesus viveu e pregou não pode ser totalmente abrangido pela análise crítica. Existem especificidades neste contexto que a abordagem histórica será incapaz de compreender sem o auxílio da fé. É exatamente esta especificidade que confere à pessoa e à mensagem de Jesus o caráter salvífico que faz do homem Jesus o Filho de Deus.

Com relação a Jesus de Nazaré, tudo isto quer dizer o seguinte: no homem real Jesus houve “historicamente” (isto é, na realidade que aconteceu na sua existência nesta terra) algo que em princípio é inalcançável para métodos puramente histórico-críticos: ele é aquele homem concretamente individual que, como qualquer ser humano, escapa a uma abordagem puramente científica. No caso de Jesus, este “algo” que os outros experimentavam na sua convivência com Jesus, foi verbalizado por cristãos em imagens como Filho do Homem, Filho de David messiânico etc.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 58.

<sup>50</sup> Gesché, *Jesucristo*, 59-60.

<sup>51</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 61.

Seria um subterfúgio destinar o que não se explica criticamente e historicamente para a categoria da fé? Não necessariamente. A pregação e a vida de Jesus têm um alcance muito maior e abrangente, e seria muito restritivo querer encaixá-la em determinados perímetros histórico-críticos, apenas para se obter dados exatos que pudessem ser justificados por uma equação clara e racional. “ Uma leitura puramente histórica correria o risco – em todos os campos, é claro – de nos privar para sempre da revelação, mesmo no sentido mais profano da palavra”.<sup>52</sup> Além disso, a crítica não é um elemento essencial e indispensável para que se possa acreditar. É certo que já evidenciamos a sua importância no processo de melhor compreensão da fé, mas com isto não se quer fazer dela uma categoria imprescindível para que se possa aceder ao patamar da fé.

Um estudo histórico de Jesus é extremamente importante; dá também um conteúdo concreto à fé; mas nunca poderá ser uma prova da verdade da fé. Uma imagem historicamente reconstruída de Jesus nunca poderá fazer mais do que permitir a interpretação cristã ou deixá-la aberta; mas não pode, em virtude de seu próprio ponto de vista, exigí-la compulsoriamente.<sup>53</sup>

A polarização de uma perspectiva em detrimento de outra nunca poderá produzir uma imagem verdadeira de Jesus. A dicotomia forçada, neste caso, só contribui para que possa haver menos nitidez na aproximação da pessoa de Jesus. Por isto, tratamos primeiramente da importância da abordagem histórico-crítica e agora destacamos que esta, sozinha, também não será capaz de conduzir a uma compreensão ampla. Há, nisto tudo, um entrelaçamento entre história e ação divina na história: “No homem Jesus, Deus vem de uma maneira divina e humana ao mesmo tempo. Desse modo, sua vinda supera a lógica da história, mas diz respeito a toda a história”.<sup>54</sup> Deste modo, o mistério da Encarnação se torna visível na história, ao mesmo tempo que a ultrapassa.

## **2.2. O Jesus terreno e o Cristo da salvação.**

O aparecimento de um homem que parecia reivindicar para si o título de Filho de Deus não foi algo meramente ocasional, e por isto mesmo, não foi um acontecimento que tivesse uma aceitação em geral pela conjuntura social da época, sobretudo a judaica. Isto naturalmente evidencia a tensão existente entre aqueles que esperavam o Messias de Deus, nomeadamente os judeus, e os que apenas viam em Jesus mais um homem comum, que apesar das suas

---

<sup>52</sup> Gesché, *Jesucristo*, 73.

<sup>53</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 65-66.

<sup>54</sup> Ratzinger, *Escatologia Morte e Vida Eterna*, 224.

pregações, não passava de um judeu como qualquer outro, nomeadamente os romanos. Esta tensão irá se tornar ainda mais explícita no momento da condenação de Jesus, em que a autoridade política romana, personificada na pessoa de Pilatos, não encontra em Jesus nenhum motivo de condenação. (cf. Jo 18, 38) Mas toda a narrativa, por parte das autoridades religiosas, insiste em reafirmar que haveria motivos legítimos para tal condenação, inclusive no âmbito político, porque Jesus se disse Rei, e conseqüentemente se opôs a César (cf. Jo 19, 12).

A morte de Jesus, na linha de raciocínio desta tensão entre o Jesus terreno e o Cristo da salvação, teve significado salvífico ou não, de acordo com a visão que cada um tinha da existência de Jesus e de quem realmente Ele foi. Embora seja uma reflexão muito importante, a questão do valor salvífico da vida e morte de Jesus ficará para o terceiro capítulo deste trabalho. Importa agora, compreender se de fato há pertinência para existência desta tensão, após a morte de Jesus, e que reflexão se pode fazer a propósito da legitimidade desta separação entre o Cristo que salva e a figura histórica de Jesus, que em rigor não podem ser separadas no evento da Encarnação.

Depois da morte de Jesus a comunidade primitiva tinha lembranças, e ainda era muito recente a experiência pascal do Ressuscitado que os próprios discípulos experimentaram e da qual eram testemunhas e anunciadores. As experiências pré-pascal e pós pascal de Jesus apontam para uma continuidade entre o conteúdo da vida terrena de Jesus e o Cristo ressuscitado, glorificado e anunciado, de modo que não parece haver uma ruptura entre o Jesus terreno e o Cristo que salva. Os próprios Evangelhos trazem em si mesmos esta assimilação entre os atos concretos de Jesus e o seu significado salvífico.

As lembranças de tudo, juntamente com as experiências reais após a morte de Jesus, formam de fato a matriz da qual, por iniciativa da intervenção salvífica de Deus, tanto antes como depois dessa morte nasceu a fé cristã no Jesus ressuscitado, isto é, pessoal e definitivamente vivente. Essa confissão, esse reconhecimento do Crucificado que ressuscitou, inclui claramente a lembrança do conteúdo de sua vida terrena. O próprio querigma, consciente de seu significado, quis ao mesmo tempo alegar ao que havia acontecido com Jesus.<sup>55</sup>

A ambivalência que eventualmente poderia existir após a morte de Jesus parece ser suprimida pela relação que se faz entre as lembranças do Jesus terreno e o significado que estas alcançam quando colocadas na perspectiva salvífica, identificadas e compreendidas à luz do

---

<sup>55</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 64.

evento pascal. O que se pode concluir destes fatos é que não há nenhuma espécie de dicotomia na visão daqueles que acreditaram na pessoa e na mensagem de Jesus. A identificação dos acontecimentos pós-pascais com as lembranças da atuação de Jesus possibilita a melhor e correta compreensão da sua identidade e da sua missão.

É preciso notar que foi só após a morte de Jesus, em base a novas experiências que projetaram nova luz sobre suas lembranças, que eles, na própria vida, penetraram até o cerne da atuação de Jesus, reconhecendo-o, então, como a realidade definitiva de salvação, à qual eles só então souberam dar nome: o Cristo, o Filho do Homem, o Filho.<sup>56</sup>

A relação entre querigma e historicidade é um caminho indispensável para que se possa compreender o mistério da Encarnação do Verbo de Deus. Pois é concretamente por meio de Jesus, e n'Ele, que Deus opera a sua salvação; foi precisamente no homem Jesus, que Deus atuou concretamente na história. “Em Jesus Cristo, Deus opera como Deus de um modo imediatamente divino e, nele, Deus atua como homem, numa mediação histórica”.<sup>57</sup> Por este motivo, quaisquer tentativas de desvinculação entre o querigma e Jesus se torna, de fato, um empecilho para que se possa compreender a Encarnação.

O querigma e o interesse por Jesus de Nazaré caminharam juntos, desde o começo, pois é uma evidência histórica que a cada uma das muitas tendências do credo, que podemos encontrar nos quatro Evangelhos, ou através deles, corresponde o interesse histórico por determinado aspecto do Jesus terreno, (...) seja nos milagres de Jesus, seja na sua mensagem central, seja na sua execução.<sup>58</sup>

Um pouco mais esclarecidas estas questões de uma possível descontinuidade entre historicidade e querigma, podemos agora dar continuidade mais especificamente a questão de que modo Deus se revela em Jesus de Nazaré, conhecido também no seu ambiente religioso-cultural como o filho do carpinteiro (cf. Mt 13, 55), e perceber de que modo muitos aspectos concretos da vida de Jesus tem impressionantes e grandiosos valores salvíficos para nós, não de um modo mágico e mítico, mas profundamente enraizado e dotado do afeto do Deus criador, seu Pai, que se quis revelar n'Ele.

---

<sup>56</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 65.

<sup>57</sup> Ratzinger, *Escatologia Morte e Vida Eterna*, 218.

<sup>58</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 75.

### 2.3. A revelação divina em Jesus

Embora já tenha se tratado da questão da humanação do Filho como presença do Deus criador no mundo, no primeiro capítulo deste trabalho, o foco agora passa a concentrar-se na importância da revelação de Deus em Jesus Cristo, uma vez que o Homem não pode, através das suas próprias forças, compreender Deus na sua totalidade. A revelação, neste sentido, passa a ser compreendida não somente como a manifestação da divindade que se encarna no homem Jesus e depois volta para céu, de onde veio, mas no Deus que se revela com a clara intenção de salvar.

Sem querer adentrar muito na temática da salvação em si, que será abordada no próximo capítulo, mas tencionando esclarecer os fundamentos da revelação de Deus em Jesus, é inevitável tocar neste tema, porque é a encarnação o ápice do plano salvífico de Deus. Tudo o que se refere, portanto, à soteriologia remonta imprescindivelmente a Deus. No evento Cristo acontece a recapitulação de todos os desígnios salvíficos de Deus para a humanidade. Em Jesus, o Deus trino, em sua economia salvífica,<sup>59</sup> revela-se como origem da salvação.

Como enviado do Pai, Jesus cumpre fielmente sua missão de revelar quem é o Deus que o enviou, e por isto Ele é o mediador por excelência, o único que em perfeita união com Pai O revela de forma inédita e diretamente na história. Com isto, o que se quer afirmar é que a encarnação é obra exclusiva de Deus que se revela com fins salvíficos, e que a revelação integra a economia salvífica do Deus trino que, em sua ação manifestada pelo evento Cristo, dá-se a conhecer ao mundo.

Como enunciado próprio da Sagrada Escritura e do dogma da igreja deve-se, pois, reconhecer in recto a revelação da obra plena, consumada e pessoal de Deus Pai como tal, “ad intra” e “ad extra”, na plenitude única-pessoal do Filho de Deus encarnado na carne do pecado para a existência histórica.<sup>60</sup>

Não é objetivo adentrarmos aqui no mistério trinitário, mas compreender que muitas deliberações sobre a encarnação de Jesus geraram, no contexto da reflexão trinitária, alguns problemas de cunho herético. Haveria três deuses? O monoteísmo poderia ser colocado em causa? O mérito da reflexão patrística, nestes casos, foi procurar solucionar e responder a diversos destes problemas.

---

<sup>59</sup> Raphael Schulte, “A obra salvífica do Pai em Cristo” Em *Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, Vol. III (Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1972), 46.

<sup>60</sup> Schulte, “A obra salvífica do Pai em Cristo”, Vol. III, 61.

A maneira pela qual a teologia primitiva explicou a divindade de Jesus, ao mesmo tempo em que resguardava a crença no Deus único, envolveu três movimentos: um deslocamento do problema para a vida interior de Deus, uma concepção da diferenciação no âmbito da divindade e a subordinação do Logos-Filho ao Pai. Esse raciocínio pode ser ilustrado na teologia dos séculos II e III.<sup>61</sup>

O que se pretende é constatar que estes movimentos dos primeiros séculos buscavam enfatizar a divindade de Jesus e, ao mesmo tempo, a transcendência do Deus único verdadeiro. Jesus é o Filho, e o Filho é a imagem do Pai; portanto, Jesus é verdadeiramente Deus. Para além das muitas problemáticas do raciocínio teológico desta época, importa, para a reflexão, realçar esta afirmação da verdadeira divindade de Jesus e sua importância na questão da revelação.

A reflexão sobre as naturezas de Jesus é indispensável para que se possa compreender o dado da revelação, sendo Jesus verdadeiro Deus, não haveria outro modo mais propício para a revelação do que a encarnação. Vislumbrar estes dados nos remete necessariamente para a categoria da revelação. A intelecção do Concílio de Calcedônia contribui para que se possa alcançar o objetivo deste encadeamento entre naturezas e revelação.

O caráter simbólico de Jesus Cristo, sua condição de meio da presença e da salvação de Deus, envolve uma intrínseca estrutura dialética, uma tensão entre Jesus como ser humano e criatura finita e como aquele que é ou medeia a presença de Deus na história. Na medida em que Calcedônia reflete a estrutura dialética da cristologia, alguma forma de doutrina como a de Calcedônia é essencial para a cristologia. A tensão intrínseca entre a humanidade e a divindade corresponde, portanto, à estrutura dos símbolos religiosos em geral, e ao fato de Jesus ser o símbolo concreto que medeia Deus à fé cristã.<sup>62</sup>

O entendimento da salvação como revelação, está já presente na reflexão da soteriologia clássica. “A soteriologia clássica entendeu a obra salvífica de Jesus Cristo como revelação. Essa temática clássica foi recuperada na época moderna por Karl Barth e outros teólogos do Verbo, e do lado católico por teólogos como Karl Rahner”.<sup>63</sup> A partir destas proposições pode-se avançar para o raciocínio de que podemos vislumbrar, na revelação que Jesus faz de Deus, a salvação; não em sentido de magia, mas no sentido de que o encontro com a pessoa de Jesus, em si mesmo, produz efeitos de salvação, não de um modo automático, mas nos seus gestos

---

<sup>61</sup> Roger Haight, *Jesus símbolo de Deus* (São Paulo: Paulinas, 2003), 302.

<sup>62</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 306.

<sup>63</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 397.

concretos, na sua relação própria com cada coisa e todas as coisas. Quem encontrou Jesus, naquele tempo, encontrou Deus e conseqüentemente a salvação.

O que se torna claro nas concepções de Jesus que salva por revelar Deus é que a revelação é um símbolo complexo e profundo. A revelação supera de longe um frágil processo epistemológico de revelação e informação, ou de transmissão de conhecimento, ou de explicação de alguma coisa. Muito embora a revelação inclua a ideia de conhecimento de Deus, vai além disso, chegando à experiência do encontro com Deus. Desse modo, nas concepções tanto de Barth como de Rahner, revelação é salvação, e a salvação é constituída pela revelação. Isso porque, para utilizar a linguagem de Barth, a revelação que Jesus faz de Deus é estritamente correlativa com a plena divindade de Jesus.<sup>64</sup>

Encontramos, na reflexão de Barth, a ideia de que a natureza divina de Jesus está estritamente ligada à revelação, ou seja, a própria pessoa de Jesus é geradora da revelação de Deus na história e para a humanidade. Se a Encarnação do Verbo tem uma finalidade salvífica, Jesus em sua existência terrena tem, por si só, esta força reparadora e redentora, que culmina na nova aliança perpétua. O Verbo, ao fazer-se Homem, já é indicador desta nova aliança; a salvação é ofertada a toda criatura. O Deus conosco relaciona-se, de forma pessoal, com toda a humanidade.

Jesus revela Deus porque é o Filho e Verbo divino, porque é a presença de Deus à existência humana na história. Uma revelação dessa espécie já constitui uma reconciliação entre Deus e a existência humana, um restabelecimento da união e amizade com Deus. Jesus torna presente o ser de Deus em um segundo ato de amor, além e acima do amor do Deus criador. Jesus salva porque é o ser de Deus para os seres humanos, o livre retorno de Deus para permanecer com os seres humanos.<sup>65</sup>

Jesus torna Deus presente na história, e as pessoas que tiveram contato com Jesus encontraram Deus n'Ele de forma real e empírica. A acessibilidade de Deus em Jesus é algo de extraordinário; O Deus criador vai além no seu afeto pela criação, adentra diretamente na história, numa comunhão direta com a carne. “O verbo fez-se carne” (Jo 1, 14); “A afirmação de João indica certamente a incompreensível e estupenda condescendência do Verbo, do Filho de Deus, para com a humilde condição humana. Contudo, a honra sem precedentes dada à carne

---

<sup>64</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 397.

<sup>65</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 397.

ressoa nela”.<sup>66</sup> Deste modo, encarnação, revelação e salvação formam um tríptico imprescindível para uma assimilação plena da ação de Deus em Jesus de Nazaré.

Em um paralelo com o primeiro capítulo, pode-se afirmar que o Deus criador, que tem afeto por todas as coisas criadas, em Jesus continua a revelar-se como tal. Na reflexão de Pagazzi, evidencia-se que não há revelação de Deus sem as coisas, e sendo Jesus a revelação de Deus, n’Ele o Deus criador continua a sua revelação no vínculo e na bondade de todas as coisas criadas:

Assim como não há revelação de Deus sem coisas, não há ato e ato de fé sem coisas. Como já mencionado, a Bíblia não deixa de destacar, desde o início, a relação muito estreita entre Adão e as coisas, tanto porque também vieram das mãos de Deus, como também a carne do homem, feita daquela coisa que é a terra. Desde as primeiras páginas das Escrituras, a relação com as coisas revela quem é Deus, mas também quem é o homem.<sup>67</sup>

Na perspectiva de Pagazzi, Deus, ao assumir a carne de Jesus para revelar-se, mantém o vínculo com as coisas criadas. A carne do Homem (*adamah*) que é criada a partir da argila do solo (cf. Gn 2, 7) é, na encarnação, a carne de Deus e, portanto, o Deus criador restitui dignidade à carne outrora marcada pelo pecado, demonstrando seu afeto e evidenciando a bondade das coisas criadas na sua própria condição de Verbo encarnado. Jesus é, neste sentido, a revelação plena do Deus que, no ato criador, viu que tudo o que criara era bom.

A carne de Jesus, na sua ligação com as coisas, também revela Deus e, conseqüentemente, tem valor salvífico. Ao contar uma parábola, Jesus serve-se de coisas comuns ao cotidiano das pessoas, e a partir de uma analogia intrinsecamente compatível com a realidade, orienta a compreensão dos que o ouvem para o meio salvífico, o qual quer que todos assimilem. Ao explicar a parábola do semeador, no evangelho de Lucas, Jesus faz uma pormenorizada analogia entre os elementos do cultivo agrícola, a escuta e a prática da palavra de Deus, por parte daqueles que a ouvem.

“Eis, pois, o que significa essa parábola: A semente é a palavra de Deus. Os que estão ao longo do caminho são os que ouvem, mas depois vem o diabo e arrebatá-lhes a Palavra do coração, para que não creiam e não sejam salvos. Os que estão sobre a pedra são os que, ao ouvirem, acolhem a Palavra com alegria, mas não têm raízes, pois creem apenas por um momento e na hora da tentação desistem. Aquilo que caiu nos espinhos

---

<sup>66</sup> Giovanni Cesare Pagazzi, *La carne* (Milano: San Paolo, 2018), 86.

<sup>67</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 57.

são os que ouviram, mas, caminhando sob o peso dos cuidados, da riqueza e dos prazeres da vida, ficam sufocados e não chegam à maturidade. O que está em terra boa são os que, tendo ouvido a Palavra com o coração nobre e generoso, conservam-na e produzem fruto pela perseverança.” (Lc 8, 11-15)

Com isto, quer-se enfatizar esta profunda ligação do Cristo com as coisas, e deste modo perceber que o Deus revelado em Jesus continua a servir-se das coisas para revelar-se e salvar, mantendo aquele vínculo com as coisas criadas, presente no momento do ato criador.

Ao contar uma parábola, ele não só exprime a intenção de anunciar o Reino “inspirando-se” nas coisas, mas mostra antes de tudo a observação dolorosa e cansativa que lhe permite vê-lo e decifrá-lo nos acontecimentos quotidianos da sua própria carne vinculada, mediada com as coisas do mundo. A transcendência do Reino é apreendida pela carne de Jesus, sensível ao mundo, na imanência das coisas e ações (*Handlung!*) do mundo, resolvendo de uma vez por todas o enigma da sua indisponibilidade polivalente.<sup>68</sup>

A presença de Jesus na concretude da história, como presença real de Deus é manifestada, neste sentido, em profunda comunhão com a realidade humana, está enraizada profundamente no contexto próprio de um povo. Jesus assumiu por inteiro a carne da humanidade e, ao fazê-lo desta forma, não se desvincula nem mesmo da materialidade cotidiana, que muitas vezes é vista como incompatível com a salvação, justificada como indigna do contato com a natureza divina. Pelo contrário, no seguimento do afeto do Deus criador, Jesus assume em sua carne o valor das coisas e, a partir destas, direciona o Homem para a plenitude salvífica de Deus, operada também na realidade de todas as coisas criadas.

Resumindo este aspecto do estilo de Jesus estar no mundo, poder-se-ia parafrasear uma expressão do Evangelho segundo João - “nunca ninguém falou como este homem fala” (Jo 7,46) - afirmando que “nenhum homem jamais olhou do jeito que olha este Homem”. Ninguém se entendia como ele, aprendendo as coisas do mundo, que vinham das mãos do Pai. Ninguém apreendeu o mundo como ele. E, portanto, nenhum homem era carne como o Filho de Deus no mundo; e isto revela que a nova Lei, a nova aliança, a nova criação são mais antigas que a antiga.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 88.

<sup>69</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 89-90.

A solicitude e complacência divinas na encarnação do Verbo são a marca indelével do afeto de Deus pela criação, num todo. A singularidade deste evento faz com que a postura e ações de Jesus sejam *sui generis*, por serem plenamente manifestação de Deus no mundo; a propriedade de suas atitudes tem, na realidade concreta do mundo, um valor inerente, não apenas no sentido de ser exemplo – porque Ele agiu assim, deixando-nos exemplo: “Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13, 15) - mas tem valor no sentido de que esta competência só o Redentor pode produzir no mundo e, por isto, é inigualável. E é precisamente no reconhecimento desta condescendência infinita que os efeitos da redenção se tornam acessíveis a toda criatura.

Eis então, que o versículo 14 do prólogo - “E o Logos se fez carne” - não só revela a solidariedade sem precedentes do Criador para com a criatura, o surpreendente rebaixamento do Filho que “vem habitar entre nós”, o drama do desconhecimento pecaminoso dos homens que “não o acolheram” (Jo 1,11), mas exprime também a condição de possibilidade do reconhecimento, por parte do crente, de Jesus como o Logos de Deus. Se existe um vínculo que dá consistência a todas as coisas e, estimando-as, as mantém unidas, ele só pode ser o Nazareno, já que “ninguém foi de carne como ele”, ninguém teve que lidar com coisas como ele. A sua manifestação histórica é então revelação plena e definitiva do Vínculo e da Lei com que foi criada terra e o Adão terreno, moldados à imagem daquele que se tornaria carne.<sup>70</sup>

O conhecimento humano de Deus é possível, porque o próprio Deus quis se dar a conhecer. Ao longo da história veterotestamentária, houve muitas formas de revelação divina: as teofanias concretizam-se em tantos momentos na Lei, nos sinais a Moisés, na aparição aos patriarcas. Em Jesus, esta revelação está sempre disponível à criatura porque, naquilo que fez e disse, a presença de Deus se torna uma constante no mundo, através da sua encarnação. “As coisas que Jesus vê - e nos ensina a olhar segundo o seu olhar - não são artificios funcionais à revelação do Reino, mas revelação do próprio Reino, apreendido não, “além”, “nas profundezas”, “atrás” das coisas, mas na sua própria carne ligada às coisas.”<sup>71</sup> Nisto, a encarnação do Verbo inaugura uma forma inédita de presença e revelação de Deus ao mundo, sem que as demais coisas criadas possam estar em incongruência com a economia salvífica de Deus concretizada em Jesus de Nazaré, o Cristo de Deus.

A presença constante de Deus no mundo, como efeito da Encarnação, não termina com a morte de Jesus; além de ser assegurada pelo envio do Espírito, que tem a incumbência de

---

<sup>70</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 90-91.

<sup>71</sup> Pagazzi, *Fatte a mano*, 88.

auxiliar a missão iniciada por Jesus, aquilo que Jesus fez e disse não tem fim com a sua morte, permanece na memória e na realidade dos seus.

Esta morte, porém, não significou o fim do destino de Jesus. Há algo que merece atenção especial porque “tudo o que Jesus fez e ensinou” (Cf. At 1,1) não terminará com a sua morte, e ao contrário de outros movimentos reformadores continuará na memória de seu povo.<sup>72</sup>

A partir da encarnação e da revelação, é inaugurada uma nova forma de relação entre a humanidade e Deus, que difere algo da relação estabelecida na tradição veterotestamentária. O que está intrinsecamente relacionado com a forma de como o Homem interpretou os sinais de revelação de Deus na sua história. O mesmo Deus que se revelou a Moisés é o Deus que se revela em Jesus. Se a Lei, depois de interpretada pelo Homem, gerou esquemas e mecanismos que suscitassem medo e temor na relação do Homem com Deus, não é um problema que se possa atribuir como pertencente à esfera reveladora divina. O vínculo que se estabelece, a partir da encarnação do Verbo, muda a ótica desta relação, por parte do ser humano.

A questão se é possível que exista um vínculo e um espaço entre Deus e o homem, entre o céu e a terra, foi respondido que sim; e que essa relação, que já não é de temor e de medo (*timor fecit deos*), é aquela em que o homem encontra sua grandeza com Deus (Pascal), e Deus sua morada junto dos homens, “entre os seus” (São João). Deus e o homem se convertem em metáfora um do outro.<sup>73</sup>

A revelação de Deus para Israel era tida exclusiva, ou seja, o povo de Israel era o povo eleito, ao qual Deus quis se revelar exclusivamente. Esta conjuntura de pensamento fez com que a revelação divina não alcançasse para além das fronteiras de Israel; a revelação neste sentido, era “propriedade” dos israelitas. A reflexão de Pannenberg diz que há uma linha de raciocínio, na tradição veterotestamentária, que visaria a revelação divina do Deus de Israel para todos os povos. Seria justamente nesta linha de raciocínio que a encarnação de Jesus, enquanto revelação de Deus, e rigorosamente do mesmo Deus de Israel, poderia encontrar fundamentos válidos; entretanto, as afirmações neotestamentárias vão buscar e aplicar uma ideia de revelação mais apocalíptica a Jesus.

---

<sup>72</sup> Gesché, *Jesucristo*, 72.

<sup>73</sup> Gesché, *Jesucristo*, 78.

Tem que se contar com o fato de que também ali onde o Deus bíblico se manifesta a si mesmo, transmitindo, portanto, um conhecimento de si mesmo, seu ser Deus se mostra como deidade do Deus de Israel, como poderosamente superior, e somente para o conhecimento do próprio povo de Israel e seus membros, não comprovando a exclusividade de seu ser Deus para todos os homens. Tanto mais significativo é o fato de que uma linha das concepções acerca da revelação do Antigo Testamento visa à autodemonsração da divindade do Deus de Israel para todos os povos. Seria de esperar que essa linha de pensamento judaica acerca da revelação tivesse encontrado importância central no Novo Testamento para a transição para os gentios, bem como para a pretensão escatológica de verdade associada a aparição de Jesus. Com efeito uma série de afirmações neotestamentárias aplica explicitamente uma ideia de revelação apocalipticamente fundado à pessoa e à história de Jesus.<sup>74</sup>

Sem nos prendermos muito a esta questão testamentária, em rigor, o Deus revelado em Jesus Cristo não está limitado a circunscrição israelita, tão pouco pode ficar limitado ao santo dos santos do Templo de Israel. No ministério de Jesus ficou bastante claro que o acesso a Deus não poderia ser limitado à Lei e muito menos ainda ao âmbito semita. Em Jesus, a revelação alcança a todos indiscriminadamente; neste sentido, há a inclusão de todos na salvação, que foi manifestada por meio de Jesus Cristo. Sobre esta temática trataremos melhor no terceiro capítulo deste trabalho, onde se irá explorar o sentido da oferta da salvação em Jesus.

A história de Israel com Deus foi marcada por diversos momentos em que Deus tem a iniciativa de interpelar o Homem, e assim o faz em modo de revelação. A divindade é manifestada e provada a Israel; a veneração exclusiva exigida por YHWH é fundamentada por sinais que provam que ele é o Verdadeiro Deus e que não há outro. As promessas feitas aos pais e o seu cumprimento da parte de YHWH, é fundamental no reconhecimento da deidade do Deus que se quer revelar ao povo eleito.

Como o conhecimento fundamental de Deus de Israel não se baseia num isolado ato de Deus, e, sim, numa série de manifestações divinas, desde as promessas aos pais, passando pelos acontecimentos do êxodo até a tomada da terra da promessa, o conhecimento de Deus assim comunicado pode encontrar-se somente no fim da série de acontecimentos que revelam sua deidade.<sup>75</sup>

---

<sup>74</sup> Wolfhart Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.1 (Santo André, São Paulo: Academia Cristã Ltda, Paulus, 2009), 271.

<sup>75</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.1, 336.

O evento do êxodo ilustra bem esta dinâmica de promessa e cumprimento. Para que se possa reconhecer a divindade do Deus que se revela, todo o processo de condução do povo à terra prometida faz parte do plano revelador de Deus para Israel e no seu cumprimento YHWH, exige fidelidade de veneração por parte dos sujeitos da promessa.

O êxodo é o evento de revelação fundamental para o Israel antigo, pelo qual Javé se revelou como seu Deus. Nessa história baseou-se a pretensão por parte de Javé de que somente a ele deveria ser devotada veneração divina (Ex 20.2s.), visto que a posse da terra era a permanente base de vida do povo.<sup>76</sup>

Em Jesus Cristo, todas as promessas foram cumpridas; é esta a transição feita pelos que acreditaram na encarnação de Jesus como revelação do Deus criador, do Deus das promessas aos pais. As promessas veterotestamentárias alcançam os cristãos diretamente, com base na crença de que, em Cristo, a plenitude da promessa já está cumprida. O cristianismo é, neste sentido, também a religião da promessa, mas da promessa cumprida plenamente na encarnação do Verbo.

A veracidade das promessas dadas aos pais se decide primeiro em seu cumprimento, não independentemente dele. Se Abraão creu na promessa, ele o fez porque cria em Deus (Gn 15.6), que com a promessa também lhe garantia o cumprimento. Assim também a autoridade das profecias veterotestamentárias foi fundamentada com razão para a Igreja cristã a partir de seu cumprimento em Jesus Cristo. O cristianismo é a religião da promessa realizada, que justamente como tal novamente se torna promessa para o crente.<sup>77</sup>

Na aparição de Jesus como Verbo encarnado de Deus, as promessas estão definitivamente cumpridas e a revelação está plenamente consumada. Os diversos aspectos do evento Cristo dentro da história apontam para a proximidade de Deus com a realidade humana com fins salvíficos, a inauguração do reino de Deus entre os Homens, foi consolidada na carne de Jesus. A consumação escatológica da história ainda não aconteceu e será nela que o reino de Deus se manifestará plena e definitivamente:

A futura consumação da história mundial pela vinda do reino de Deus, que substituirá toda ordem humana de governo e que deverá estar ligada com o juízo sobre toda

---

<sup>76</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.1, 337.

<sup>77</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.1, 345.

injustiça humana, simultaneamente com uma transformação da criação atual e com uma ressurreição dos mortos, também manifestará definitivamente a deidade de Deus, sua divina glória, perante “toda carne”.<sup>78</sup>

Enquanto aguarda-se a Parusia de Cristo, a salvação que foi oferecida pela obra salvífica de Deus cumprida na sua carne, continua a ser ofertada de modo perene à criação. A pertinência de se responder ou não, impacta diretamente o modo de vida do crente e do não crente. No terceiro e último capítulo deste trabalho tratar-se-á da ação salvífica de Deus em Jesus e das problemáticas que em torno dela podem surgir.

---

<sup>78</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.1, 339.

### **CAPÍTULO III – A SALVAÇÃO DE DEUS MEDIADA E CONSUMADA EM JESUS CRISTO**

O Deus Criador é também o Deus que quer salvar a humanidade, que outrora perdera a comunhão com a divindade por meio do pecado. Não sendo capaz de uma autossalvação ou de reparar a gravidade dos efeitos do pecado na sua relação com Deus, a criatura necessitava então de um salvador que pudesse restituir em plenitude e de forma definitiva a comunhão com a divindade. Depois de se ter refletido a criação como ato livre do amor de Deus, no primeiro capítulo, e a revelação deste mesmo Deus criador que ama todas as coisas no homem Jesus de Nazaré, no segundo capítulo, agora passa-se a explorar a salvação operada por Deus na mediação de Jesus.

Ficou claro que o Deus revelado por Jesus é o Deus criador e que em nenhum momento deixa de sustentar a criação. Desde os primórdios do ato criador há uma contínua presença de Deus na criação, que alcança seu ápice na encarnação do Verbo. De modo único e inigualável, a presença de Deus se concretiza na história e na mediação de Jesus, que em sua vivência cotidiana no meio dos Homens irá tornar acessível a salvação a todos. Jesus deixa claro que é Deus, seu Pai, que quer salvar a humanidade; a iniciativa da salvação, neste sentido, parte de Deus. Ele, na sua complacência infinita assume a carne do pecado para conduzi-la à salvação.

Deus opera a salvação por meio de Jesus Cristo. N'Ele a salvação é oferecida a toda humanidade; a reconciliação necessitada pela gravidade do pecado já está realizada pela consumação da obra do Pai, levada a cabo pela obediência filial de Jesus. Sem desprezar a carne e as coisas concretas que fazem parte da vida humana, Deus assumiu a realidade dos Homens e elevou-a ao patamar salvífico, ou seja, a salvação está dada a toda criatura, é definitiva, é o próprio Jesus. A resposta a esta oferta é livre, o Deus Criador continua a sustentar a autonomia das suas criaturas, mas o pecado foi superado de uma vez por todas pela sua obra redentora.

Será fundamental, neste início de capítulo, perceber como se dava a expectativa da salvação para o povo de Israel; isto também contribuirá para se entender sobretudo como a expectativa messiânica judaica não conflui em muitos pontos com o modo como Jesus apresentou, por meio da sua vida, a salvação que seu Pai estava a oferecer. De fato, a esperança messiânica do judaísmo não se identificou com a mensagem de Jesus, na qual não somente a comunhão pessoal com Deus produz a salvação, mas a comunhão dos Homens entre si também é meio pelo qual a salvação e o reino de Deus se torna presente para todos. A reflexão acerca da oferta da salvação divina em Jesus, ficará para um segundo momento, agora interessa

perceber que o plano salvífico de Deus tem origem na sua própria vontade de salvar toda a criatura.

O fechamento do ser humano a Deus é sinônimo do pecado que afasta a criatura do Criador; esta é a forma pela qual a humanidade, pensando ser autossuficiente, exclui Deus do seu horizonte e ilusoriamente pensa bastar-se a si mesma. Esta forma de proceder é antiga, já está representada nos primórdios da criação, na narrativa de Gênesis; o pecado original de Adão e Eva consiste precisamente na vida sem Deus, ou em pretender ser como Deus (cf. Gn 3, 5), o único que pode bastar-se a si mesmo.

Adão e Eva simbolizam, portanto, toda a criatura que se fecha a Deus e que não aceita a onipotência divina e seu governo régio sobre toda a criação. O pecado original é o pecado atual, e também foi o pecado da época de Jesus, ainda que sutilmente disfarçado pelo contexto civil ou religioso. A busca pela plenitude sem Deus é algo transversal à história, e só uma intervenção de fora, neste caso, divina, poderia salvar o Homem da sua própria presunção de ser como Deus e bastar-se a si próprio.

Cada ser humano gostaria de ser o seu próprio centro: ninguém quer se realizar com Deus. O exercício da liberdade do homem se orienta em direção a uma recusa. O fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, ser deuses por nós mesmos, é sempre sedutor de comer. Essa atitude fundamental de fechamento se encontra no homem de todos os tempos, e talvez ainda mais no homem de hoje.<sup>79</sup>

Podemos então identificar a salvação do Deus Criador como tudo aquilo que se opõe às aspirações humanas de poder e domínio, em detrimento de um reconhecimento da supremacia divina que governa e rege o mundo não pelo poder em si mesmo, mas pelo amor e pelo afeto.

A concentração temática salvífica no futuro escatológico de Deus é oposta criticamente a toda realização da vida intramundana, porque, inversamente os seres humanos em seus anseios de auto-realização neste mundo se fecham a Deus e seu futuro. Essa é a razão por que a salvação pode ser concedida ao ser humano somente como salvamento da perdição de sua vida para os poderes do pecado e da morte.<sup>80</sup>

Quando se fala de salvação do Deus Criador é imprescindível abordar a expectativa de salvação presente na crença do Povo de Israel, na qual se verifica uma íntima ligação com a criação. O Deus salvador de Israel é o Deus que atua na história, a sua salvação acontece de

---

<sup>79</sup> Drolet, *Compreender o Antigo Testamento*, 69.

<sup>80</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 556.

forma visível e pública. Os eventos narrativos que contam a história de Israel com o seu Deus são permeados por intervenções de YHWH, que quer salvar o seu povo.

O Deus Criador sustém a criação; a salvação para o israelita, está intrinsecamente relacionada com a criação; a salvação operada por Deus acontece diretamente na conjuntura cotidiana do judeu, ela manifesta-se no bom êxito e no correr bem da vida cotidiana nos seus diversos aspetos, de contrário disto não há salvação. A comunhão do povo de Israel com seu Deus é o garante de uma vida afortunada de bens e sem carências terrenas. O que se percebe desta perspectiva é que a salvação acontece constantemente na vida do israelita, na medida em que há sinais visíveis e claros, que são fruto da comunhão benfazeja com Deus e que lhes permitem uma vida feliz:

Para Israel não existe salvação que passe ao largo da criação; ao contrário: o próprio êxito da criação e da vida constitui a salvação. Desta pretensão Israel jamais se distanciou. A desgraça consiste na falta das imprescindíveis condições de vida coletivas e individuais (saúde, subsistência, econômica, terra, descendência, paz, liberdade, direito, acesso intacto a Deus); a salvação por sua vez, consiste na plenitude desses bens vitais terrenos. Eles são recebidos como dádivas de Javé, que neles mostra sua própria solicitude para com os seres humanos.<sup>81</sup>

A atuação do Deus Criador que quer salvar é também a própria história de Israel. A vida do povo israelita e a sua relação com YHWH são eventos salvíficos concretos na história do povo israelita. As muitas experiências de salvação como libertação, para o judeu, evidenciam a ação salvífica de Deus em favor do seu povo; estas experiências são reais e palpáveis e acontecem diretamente na história daquele povo. Deste modo, a salvação divina e história parecem entrelaçar-se de modo indelével.

A redenção se realiza no palco da história. Israel narra sua história como área central de experiência de Javé e de sua atuação redentora. Neste contexto, redenção significa libertação em sentido real, corporal, social e econômico; portanto, ela diz respeito não só à interioridade ou – inicialmente ela tem este sentido – ao além.<sup>82</sup>

A salvação na vida do povo hebreu era estar livre das aflições do corpo e da alma, e destas aflições somente Deus poderia livrar. Este reconhecimento de que somente Deus é que pode operar a salvação é um ponto chave para que se possa compreender mais tarde os desígnios

---

<sup>81</sup> Hans Kessler, “Cristologia”, Em *Manual de Dogmática* Vol. I (Petrópolis: Vozes, 2012), 223.

<sup>82</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 223.

salvíficos de Deus em Jesus Cristo. Outro fator de muita relevância para esta mesma compreensão é o fato de que a salvação se dá no concreto da vida do povo de Israel; assim também a Boa Nova anunciada por Jesus se desenvolveu no cotidiano prático das pessoas que o circundavam.

De igual modo, um outro ponto fundamental de compreensão se encontra no fato de que em um determinado momento da história de Israel, mais precisamente a seguir ao regresso do exílio, a expectativa da salvação hebraica parece se concentrar em uma futura redenção universal, na qual todo o cosmo será incluído numa perspectiva escatológica de salvação.

O excedente de promessa da fé em Javé se impõe mais acentuadamente a partir do exílio e do retorno. A futuridade torna-se a dimensão dominante da salvação e redenção. A expectativa de salvação fica cada vez mais radical e universal. Assim ela pode direcionar-se 1) a uma transformação futura-escatológica que se estende até a dimensão mais íntima e 2) a uma renovação que abrange a dimensão universal do mundo dos povos e até do cosmo todo, efetuada por uma intervenção criativa de Javé.<sup>83</sup>

Todas estas formas de compreensão da salvação pelo povo hebreu parecem ser prefigurações do ápice da salvação que acontecerá em Jesus Cristo. O excedente da salvação a toda criação é perfeitamente visível na vida e no anúncio de Jesus. Não será ainda o momento de aprofundar nesta prefiguração analógica entre a perspectiva salvífica de Israel e a concretizada por Jesus; entretanto, uma coisa é bastante clara desde já, a ininterrupção da característica fundamental e primordial do agir salvífico divino, que consiste em salvar toda criatura.

Na transição do profetismo tardio para o apocalipsismo incipiente, a esperança de salvação assume então – com a visão de uma terra paradisiacamente nova – dimensões até cósmicas: Javé vai “criar um novo céu e uma nova terra” (Is 65,17; 66, 22), onde não haverá mais lamentação (Is 65, 19s.), onde os seres humanos e os animais conviverão pacificamente. A criação inteira é incluída na redenção (cf. Is 35). A salvação e redenção continuam tendo uma dimensão terrena e histórica, mas rompem em muito o que pode ser realizado a partir dos pressupostos terrenos, de modo que o caráter de inacessibilidade e maravilha que lhes é próprio desde o início se manifesta de maneira intensificada.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 227.

<sup>84</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 228.

Na história de Israel também se verifica que a salvação em forma de libertação é mediada ao longo da sua trajetória por diversos mediadores humanos, ou seja, desde o princípio a relação do hebreu com YHWH é mediada por um personagem, no caso Moisés, como enviado de Deus; ele é o mediador entre Deus e os israelitas. Através de Moisés, Deus age em favor de seu povo (cf. Ex 19, 3). É o próprio Deus que vai ao encontro do seu povo; o mediador é assim, sinal da comunhão entre Deus e o seu povo. Está aqui patente mais uma prefiguração do senhorio salvífico de YHWH, que se há de realizar em Jesus, que é o mediador perfeito de Deus para a humanidade.

O mediador faz parte tanto do anúncio quanto da realização do salvamento; tanto o falar de Deus quanto seu agir podem ser mediados a seu povo por um ser humano. Por isso, nas exposições sobre as experiências e esperanças de salvação de Israel já foram mencionadas figuras de mediadores: Moisés e Miriam, sacerdotes, reis, profetas, um rei messiânico esperado.<sup>85</sup>

A temática da mediação nos remete também para a esperança messiânica dos hebreus, frequentemente entendida como esperança em alguém que os pudesse libertar das amarras da opressão. Esta figura deveria estar em profunda comunhão com os desígnios salvíficos divinos, de modo que o seu juízo sobre a terra correspondesse, precisamente, ao juízo de Deus. Em rigor, esta figura corresponde ao Messias escatológico de Deus, ao seu ungido; nisso consistiria a salvação do Senhor.

O modo como se há de manifestar o messias de Deus é que poderia conferir credibilidade à origem messiânica e proveniência divina de tal figura. Deveria haver sinais claros e objetivos que pudessem constatar procedência divina daquele que se manifestasse como Messias de Deus. O ungido do Senhor seria facilmente identificado pelos sinais salvíficos que realizasse no cumprimento dos intentos salvíficos de Deus. Portanto, não haveria qualquer tipo de engano no seu reconhecimento; alguém que se manifestasse neste sentido, jamais passaria despercebido porque viria na sua glória e poder.

Os salmos de Salomão (depois de 63 aC), provenientes do judaísmo farisaico-sinagoga, concentram sua expectativa nesse “Ungido do Senhor” (...), o “filho de Davi” (...), o rei salvífico dos últimos tempos, descendente da linhagem de Davi (...). É dele que se esperam a libertação dos povos estrangeiros impuros, pecadores e opressores, a vitória

---

<sup>85</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 228 - 229.

aniquiladora e o domínio sobre eles (...), a congregação de um povo de Israel santificado e puro, que ele governará de modo justo, sábio e abençoado (...).<sup>86</sup>

A esperança salvífica do Povo de Israel é a esperança de salvação no Deus Criador. Deus quer salvar, também através de seus mediadores. “Moisés não se encontra com um Deus novo. O Deus que “aparece” no fogo é o mesmo Deus dos Patriarcas, o Deus que com eles caminhava e se lhes manifestava.”<sup>87</sup> A salvação vem de Deus, é por sua livre iniciativa que opera a salvação na história, primeiramente aos hebreus, mas não em uma exclusividade fechada, porque neles Deus quer salvar toda a criação. Tamanha complacência salvífica terá sua plenitude somente com a encarnação do Verbo.

A ação salvífica do Deus criador dá-se diretamente na história; o agir criador de Deus, de que se tratava o primeiro capítulo deste trabalho, continua atuante na história, “a ação salvífica do Deus criador é coextensiva com toda a história da humanidade”.<sup>88</sup> Na história do povo de Israel, foram inúmeros sinais que tiveram de ser interpretados, e só posteriormente reconhecidos como ação salvífica de YHWH, que tudo criou em favor dos seus. Este reconhecimento dos sinais salvíficos visíveis na sua própria história, por parte do povo eleito, demonstra a intrínseca relação que há entre criação e salvação no contexto religioso hebreu. Somente o Deus Criador e Onnipotente seria capaz de tal feito. As maravilhas operadas por YHWH têm por finalidade a salvação, e nisto esta a convicção do seu povo.

Se a ação salvífica de Deus é uma verdadeira e divina realidade, então deve ser possível encontrar na nossa história “sinais” da ação libertadora de Deus em favor dos humanos, sinais esses que deverão ser percebidos, vistos e interpretados, porque em si, como todo fenômeno histórico, eles são ambíguos, ambivalentes e pedem uma interpretação. Somente na interpretação, somente depois de observados e comentados pelos humanos é que são reconhecidos como sinais da ação salvadora de Deus na história feita pelos humanos.<sup>89</sup>

O israelita chega por si mesmo à basilar verdade de que o agir criador de Deus e sua ação salvífica compõem a unidade de um mesmo ato criador-salvífico, onde o Deus Criador quer que a sua criação seja salva, para continuar sendo essencialmente aquilo que era nos primórdios da criação: bondade (cf. Gn 1, 31). Se tudo o que criara era bom, não tem porque se perder, antes ser salva. Parece bastante claro que, para o judeu, esta objetividade salvífica de

---

<sup>86</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 237.

<sup>87</sup> Drolet, *Compreender o Antigo Testamento*, 173.

<sup>88</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 640.

<sup>89</sup> Schillebeeckx, *Jesus: A história de um vivente*, 641.

Deus se manifesta notadamente nos eventos concretos de libertação no itinerário histórico de Israel. Se na tradição veterotestamentária parece haver uma profunda relação entre o conceito de salvação e criação, o pensamento soteriológico pós-moderno também apresenta uma reflexão interessante neste sentido:

No contexto pós-moderno, a salvação não será concebida independentemente dos eventos concretos da história. E a base para isso será uma maior identidade entre as doutrinas da salvação e da criação. A própria doutrina da criação tem sua base em um senso de contingência radical, de uma dependência da individualidade e de todas as coisas em relação a uma fonte e a um substrato que é transcendente. Desse modo, o arraigado senso de salvação, o senso da totalidade e da restauração da natureza em contraponto com qualquer negatividade, quer física, quer espiritual, não será isolado do poder criador de Deus. Onde quer que haja completitude, onde quer que haja cura, onde quer que as coisas corram bem, a condição remete ao poder criador e salvífico de Deus como fonte e sustentáculo. O senso mais ampliado e menos diferenciado do poder simultaneamente criador e salvífico de Deus será confirmado por uma renovada atenção aos atos salvíficos de Deus nas Escrituras judaicas e aos atos salvíficos do ministério público de Jesus.<sup>90</sup>

### **3.1. Ação salvífica de Deus em Jesus**

O plano da salvação pertence exclusivamente a Deus; na continuidade de seu amor pela criação e pela criatura, Deus opera o seu plano salvífico com o envio de seu Filho Jesus Cristo. O afeto de Deus por sua obra é insistente e desdobra-se em salvação; esta salvação é necessária e é iniciativa do próprio Criador, que se compadece da miséria em que se encontra a criatura. Seu amor é tamanho que irá se humanar na carne da própria criatura com a encarnação do seu *Logos* Eterno. A salvação vem de Deus porque o próprio ser humano não seria capaz de produzi-la por si próprio; desta forma, só a Deus pertence exclusivamente a iniciativa da salvação.

Ao assumir a fragilidade da carne do Homem, Deus opera a salvação a favor da humanidade. A salvação não se encontra em um patamar distante da vida cotidiana, mas encontra-se encarnada, visível, acessível a todos. Inclusive a salvação que o povo de Israel tanto almejava estava já presente no meio deles, na novidade de não ficar restrita somente a eles próprios.

---

<sup>90</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 406.

O envio do Filho pelo Pai e sua encarnação visam à salvação do mundo (Jo 3.17). A isso corresponde a singularidade humana de Jesus em sua atividade terrena e sua história. Pois ao criar espaço para o reino de Deus entre os homens, a atividade de Jesus estava voltada, simultaneamente, para a renovação da comunhão entre os homens. O caráter messiânico de sua atividade, tal como ele se nos apresenta à luz de sua crucificação e seu ressuscitamento, significou, ao mesmo tempo, desbloqueio da esperança messiânica restrita ao povo de Israel, por meio da extensão a toda humanidade. Paulo e João expressaram esse desbloqueio por meio do título de Filho: o Filho do Pai celeste, que é o Criador e Pai de todas as pessoas, apareceu na pessoa de Jesus para a salvação de todos os homens.<sup>91</sup>

O *logos* não se fez carne por vontade própria; há nisto uma profunda compreensão do vínculo de Jesus com Pai no seu plano salvífico. “A temporalidade do Filho encarnado, que significa graça e salvação, tem suas raízes nos eternos desígnios de Deus”.<sup>92</sup> A deidade de Jesus é inerente à sua missão soteriológica; segundo os desígnios do Deus Eterno, Jesus é a salvação de Deus para a humanidade. Na sua pregação e na sua atuação terrena, verifica-se o senhorio salvífico de Deus que se torna visível em Jesus (cf. Jo 14, 9); quem via Jesus via o Pai, e via a mensagem que Deus queria transmitir ao mundo. Na atividade terrena de Jesus ele não construiu uma ideologia à parte da vontade de Deus seu Pai, mas provou, pela sua comunhão com Deus, a veracidade da sua origem como o *Logos* eterno de Deus. Na encarnação, a vivência do Filho torna-se sinônimo da salvação de Deus que se encontra na história e no meio dos Homens. Assim como para Israel a salvação de Deus estava nos sinais visíveis da bonança cotidiana, na encarnação, a salvação também está visível a humanidade pela bondade presente no Filho unigênito de Deus.

No *logos* se confundem ação e contemplação, desde que renuncia a construir uma existência própria fora da missão que lhe foi conferida. De momento a momento, o Filho está tão ocupado de cumprir a vontade do Pai, que nele não pode existir nenhuma tensão entre ação e contemplação, mas ambas se harmonizam numa unidade fundamental. A vida humana do Filho não é simplesmente aceitação do momento presente. Ela atesta constantemente uma consciência da intenção salvífica do Pai na temporalidade e a realização definitiva do seu plano, executado num determinado momento da História, mas salvificamente válido para todo o tempo da criação até à Parusia.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 553.

<sup>92</sup> Adalbert Hamman, “O evento Cristo como obra do Filho” Em *Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, Vol. III (Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1972), 88.

<sup>93</sup> Hamman, “O evento Cristo como obra do Pai”, Vol. III, 88-89.

Em Jesus, Deus vai recapitular toda a criação. Não se trata de um rompimento com a tradição veterotestamentária, com a bondade das coisas criadas, com as maravilhas operadas a favor do povo de Israel, com os profetas ou com a Lei (cf. Mt 5, 17 – 28), mas de uma continuidade eficazmente salvífica; no evento Cristo se consumará o plano salvífico de Deus para toda criatura. Não se trata de uma salvação paralela àquela operada em diversos momentos na história de Israel, ou de um novo Deus que assumiria a carne do pecado, como sendo algo a que o senhorio e o poder régio de YHWH jamais sujeitar-se-ia, mas pelo contrário, Jesus, pela sua vida e pela sua conduta, demonstra claramente que não há nenhuma dicotomia entre o Deus de Israel e a Boa Nova do Reino de Deus que Ele prega.

Na Lei e nos Profetas avulta o verbo de Deus, que está no mundo desde a Criação e já assumiu antes do seu nascimento uma linguagem humana. Ele é o tipo da Escritura, e é para ele que esta foi redigida. Nela encontra até as minúcias o caminho que lhe foi traçado por Deus. (...) Ele cumpre a Lei e os Profetas, para levá-los em si mesmo à consumação. Não é a Abraão nem a Moisés que obedece o Verbo feito carne, mas ao Pai e ao Espírito, que os têm inspirado. O Filho sujeita-se à vontade salvífica do Pai, a que dão expressão a Lei e os Profetas. Sua sujeição à Lei é um tempo total e livre, porquanto a lê de dentro e descobre na letra a intenção última, o Amor que a inspira.<sup>94</sup>

Tudo o que Jesus realizou por obras e palavras o fez em nome de Deus seu Pai, que é o mesmo Deus de Abraão de Isaac e Jacó. A reverência que Jesus tem por Deus seu Pai diz-nos justamente desta intenção primordial de Deus que quer salvar. O mistério trinitário da salvação passa essencialmente por este desejo salvífico de Deus, que na doutrina da Trindade opera sua economia salvífica.

Na doutrina da Trindade se tematiza a economia salvífica como autorrevelação e autocomunicação de Deus, tematiza-se como Deus é quando se revela como ele mesmo e se comunica a si mesmo no Filho – em sua vida em favor dos seres humanos e em sua relação com o Pai – através do Espírito – no crente e na comunidade. Portanto, a doutrina da Trindade pressupõe os “tratados da economia salvífica” e formula a consequência teo-lógica do agir salvífico de Deus: a consequência para a lógica do discurso especificamente cristão a respeito de Deus; de um discurso a respeito de Deus que concebe a revelação de Deus no Filho e através do Espírito Santo não como realidade

---

<sup>94</sup> Hamman, “O evento Cristo como obra do Pai”, Vol. III, 89.

diferenciada de Deus, e sim, até as últimas consequências e decididamente, como realidade divina.<sup>95</sup>

Não havendo descontinuidade no desígnio salvífico de Deus, o Deus da tradição judaica é o mesmo Deus próximo do qual Jesus falava, é o mesmo que cria por amor, que tem um grande afeto pela criação e que, por este mesmo motivo, quer salvá-la; se assim não fosse a deixaria à mercê do seu próprio destino. A transcendência de YHWH continua a existir na pregação de Jesus; não é algo que se tenha perdido pela forma como Jesus transmitia a salvação, mas é precisamente no modo como Jesus anunciava a salvação e a sua própria Pessoa que se constata a grandiosíssima complacência amorosa de Deus pela humanidade.

A transcendência é unívoca e indelével a Deus. Jesus, na sua pregação, torna o Deus Transcendente e a sua salvação acessível a todos. Sem deixar de ser transcendente e por amor, o Criador desce à realidade da criatura para ser presença para todos na mediação de Jesus Cristo. Na encarnação, a humanidade pode relacionar-se com Deus diretamente na Pessoa de seu Filho, Jesus salva porque é revelador para a existência humana do amor de Deus.

O Deus o qual se remete Jesus não é substancialmente diferente do Deus que encontrou na própria tradição judaica. Jesus prega um Deus pessoal e transcendente. Além de transcendente, Deus é amigo; o criador é amoroso. O que se encontra no mistério de Jesus é que Deus é amor, que a verdadeira natureza de Deus é o amor. E porque é antes de mais nada amoroso, Deus é contrário a toda forma de desumanização ou de desfiguração de suas criaturas. É solidário com o sofrimento humano; é juiz equânime do pecado contra seus próprios seres humanos.<sup>96</sup>

Jesus fala de um Deus amoroso que está sempre disponível para salvar a sua criatura; é um Deus compassivo, que quer estar próximo da humanidade. Isto remete-nos para o ato criador de Deus, no qual, o amor é tamanho que resolve, na sua livre e espontânea vontade, criar, mas cria não para abandonar a obra criada, mas em consonância com a liberdade humana propiciar a realização plena da criatura em sua dignidade. Portanto, o Deus de Jesus é o Deus do agir criador; desta forma percebe-se a ligação entre criação e salvação, o Deus Criador é o Deus salvífico revelado por Jesus.

Nesta perspectiva crística, a criação não pode ser considerada apenas como um ato passado, finito e já encerrado; a criação é a presença constante de Deus no meio do seu povo, é a encarnação do Verbo pelo qual tudo foi feito, pois se o Deus criador quer constantemente

---

<sup>95</sup> Jurgen Werbeck, “Doutrina da Trindade”, Vol. II (Petrópolis: Vozes, 2012), 430.

<sup>96</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 414.

salvar a criatura e elevá-la a plenitude de sua dignidade, Ele está constantemente presente no seu ato criador-salvador. A salvação é parte integrante da criação divina, por este motivo a ação salvífica de Deus em Jesus é indicativo de que Deus, através do seu plano salvífico não cessa de conceder frutos e dons provenientes de seu ato criador-salvífico.

Com referência à criação, o amor é a afeição primária que Deus tem por sua criação, e, ainda que se possa estabelecer alguma distinção intelectual entre a atividade criadora de Deus e o amor de Deus pela criação, é inadmissível separar essas duas dimensões como se fossem iniciativas estanques de Deus. Jesus faz menção a um criador que é salvador benevolente e amoroso previamente e no ato mesmo da criação. Mas a criação não é um evento passado; é a atividade sempre presente de Deus. Essa é a verdadeira tradição herdada por Jesus. Criação, solicitude providencial e salvação constituem, redutivamente, aspectos da mesma atividade de Deus. Ser em existência, portanto, é ser no âmbito do poder e do amor onicompreensivos de Deus. A distinção entre os aspectos criador e salvífico de Deus não corresponde a fases separáveis do modo como Deus lida com a criação. A salvação deflui do amor, que precede a criação de Deus e dela é parte integrante; é a partir do efetivo amor divino que Deus cria. Jesus não constitui, mas revela algo sempre operativo. O que se acha revelado em Jesus é um Deus cuja salvação é uma dimensão integrante do Deus criador.<sup>97</sup>

Ao anunciar a proximidade do Reino de Deus entre os Homens, Jesus torna a presença de Deus próxima e atuante no mundo, n'Ele conjuga-se perfeitamente a tradição judaica de YHWH Criador e a salvação oferecida com a inauguração do Reino de Deus para todos os Homens de boa vontade. De modo semelhante à tradição de Israel, em que a salvação acontecia diretamente na história concreta daquele povo, a salvação está visível e operante em Jesus, quando Ele diz que o Reino de Deus já está presente no meio da humanidade (cf. Lc 17, 20 - 21), sanando todas as misérias pelas quais o pecado se cria, em detrimento da bondade primordial presente desde sempre no agir criador de Deus.

A ênfase teológico-criacional na proclamação em palavra e ação do Jesus terreno está toda relacionada com uma mensagem central de que o Reino de Deus estaria próximo, sim, já se teria tornado realidade, se os homens vivessem em justiça, amor e cuidado mútuo. Distinguindo-se de muitas correntes apocalípticas judaico-primitivas e sapienciais helenistas, Jesus não pregou um Deus que reina num lugar distante inacessível, nem um Deus que interfere na história somente no tempo final, depois do

---

<sup>97</sup> Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 415.

fim deste mundo, e, sim, a Javé, seu Pai, como o Deus que, aqui e agora, supre as necessidades de todos os seres humanos. A mensagem de Jesus encerra, sem qualquer dúvida, elementos universalistas, que Ele pôde fundamentar com argumentos teológico-criacionais no recurso à tradição judaica.<sup>98</sup>

### **3.2. A consumação da salvação em Jesus Cristo.**

Torna-se bastante evidente que uma das características da salvação operada por Jesus é a de tornar Deus presente no meio do Homens, ou seja, quem encontrou Jesus e n'Ele acreditou, encontrou Deus, e encontrar Deus é necessariamente fazer a experiência de salvação; isto ficou claro quando se tratou da revelação de Deus em Jesus. Posto isto, percebe-se, entretanto, que a salvação consumada em Jesus não se limitou somente a revelar Deus à humanidade, mas também se relaciona com a consequência que esta revelação teve no concreto da vida de Jesus e no desfecho de sua paixão e morte.

Segundo Paulo, a reconciliação com Deus se deu pelo sangue de Jesus Cristo na cruz, ou seja, pela morte do Filho chega a salvação ao mundo (cf. Rm 5, 9-11). Na carta dirigida aos romanos, o apóstolo manifesta a plena participação cristã na salvação, através da paixão de Jesus. O sacrifício de Cristo na cruz dá a salvação pela reconciliação do mundo com Deus, rompida outrora pelo pecado. “Na reconciliação com Deus por meio da morte de cruz de Cristo fundamenta-se a forma da presença da participação cristã na salvação, que Paulo descreveu como justificação e paz com Deus”.<sup>99</sup> A humanidade separada de Deus pelo pecado de Adão é reconciliada pelo sacrifício do novo Adão.

Não é Deus que tem que ser reconciliado, mas o mundo foi reconciliado por Deus em Cristo (2 Cor 5.29). (...) A reconciliação do mundo por meio de Jesus Cristo foi agora concebida como efeito do amor de Deus que se impõe contra todas as resistências da inimizade dos homens contra Deus, amor atuante por meio de Jesus Cristo.<sup>100</sup>

A salvação objetiva, que é a obra realizada por Jesus Cristo e que tem efeitos salvíficos para a humanidade, pode-se desenvolver em outras categorias que elucidam sistematicamente o plano salvífico de Deus consumado por Jesus, fazendo com que se tenha uma expansão maior da compreensão do mistério salvífico. Por exemplo, na categoria de redenção desenvolve-se a

---

<sup>98</sup> Sattler e Schneider, “Doutrina da Criação”, Vol. I, 136.

<sup>99</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 560.

<sup>100</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 566.

teoria da salvação como resgate, e na e categoria de expiação encontra-se a teoria de satisfação de cunho anselmiano e a ênfase no sofrimento e na morte de Jesus.<sup>101</sup> Importa perceber que ambas se referem à consumação da salvação de Deus cumprida na Pessoa e obra de Jesus Cristo.

No que diz respeito à expiação, Deus é o sujeito atuante no evento expiatório, em Jesus Cristo, como constata-se na afirmação paulina: “Deus o expôs como instrumento de propiciação, por seu próprio sangue” (Rm 3, 25). Assim, a expiação pode ser entendida como um feito de Deus em Jesus, para a reconciliação do mundo com Ele próprio. A ideia de expiação compatível com a morte de Cristo está relacionada com o pecado que conseqüentemente tem como desfecho a morte.

A ideia da expiação está relacionada, tal como o antigo conceito do castigo, com a concepção de relação como que natural entre atos e consequência dos atos. Enquanto no caso do castigo as conseqüências do ato são revertidas ao autor do ato, de modo que não tem efeito danoso para toda a sociedade à qual pertence o autor, no caso da expiação o próprio autor do ato é liberado das conseqüências danosas do seu ato. Isso acontece no sacrifício de expiação veterotestamentário (cf. Lv 4-5) por meio de transmissão da dívida da culpa a um animal sacrificial, com cuja oferta a culpa é afastada. O processo pode ser observado de modo especialmente claro no ritual do grande dia da expiação de Lv 16.21s. As funestas conseqüências do ilícito são eliminadas do mundo, portanto, por meio de expiação do mesmo modo como por castigo ou ato de penitência. Uma possibilidade de expiação, porém, existe somente em determinados casos e pressupõe permissão divina especial que tem por objetivo poupar clementemente o autor. Aplicação da ideia da expiação a morte de Cristo se baseia na suposição de relação íntima entre pecado e morte (cf. Rm 6.23 e 6.7). A concepção da morte de Cristo como expiação pelos pecados da humanidade pressupõe que, a semelhança do instituto do sacrifício pelos pecados, como uma possibilidade concedida pela ordem do próprio Deus, de transferir os pecados com sua funesta consequência a um animal sacrificial, na morte de Cristo o próprio Deus transferiu sobre ele os pecados da humanidade. Mesmo assim não precisa estar ligado a isso necessariamente uma interpretação da morte de Jesus como sacrifício expiatório. A morte de Jesus também pode ser entendida (...) como expiação (ou possibilidade de expiação) arranjada pelo próprio Deus em seu agir em Jesus e por meio de Jesus em concorrência com o regime sacrificial cúlrico e como abrogação deste.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Cf. Haight, *Jesus símbolo de Deus*, 388.

<sup>102</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 572-573.

A morte de Jesus como expiação traz a reconciliação do mundo com Deus, e nisto a consumação da salvação por Cristo e em Cristo. A reconciliação do mundo foi feita de uma vez por todas na cruz de Jesus e a salvação está ofertada ao mundo de modo definitivo. Pelos pecados da humanidade, Jesus foi crucificado e morto; nesta representação vicária, os seres humanos, como receptores do ato reconciliador de Deus, participam dele pelo fato de estarem a ser representados pelo Filho de Deus, que assumiu a carne do pecado.<sup>103</sup>

Na perspectiva de Karl Barth, Deus realiza a restituição do mundo a Ele próprio, em modo de expiação. Deus realiza uma espécie de ‘transferência’, na qual Jesus Cristo assume e representa a miséria humana, que é o pecado, diante de Deus, assumindo inclusivamente o juízo ao qual caberia à humanidade responder. Esta ideia reforça e explicita ainda mais a representação vicária de Cristo, reconciliando a humanidade com Deus no evento salvífico.

Deus realiza o “total retorno do mundo a ele” na “forma de uma troca, troca de lugar, que Deus presente e atuante na pessoa de Cristo, procedeu entre si mesmo e o mundo”. BARTH encontrou a ideia da troca expressa já no sentido básico da palavra *katallassein*. Isso significa que a ideia da representação já estaria contida no sentido literal do conceito de reconciliação: Jesus Cristo “se colocou em nosso lugar, no lugar dos pecadores”. Isso significa, de acordo com BARTH, que “ele se encontra sobre a ira e o juízo de Deus, ele fracassa em face de Deus”. Mas segundo BARTH, sempre é o Filho de Deus que “se colocou como ser humano em nosso lugar e que em nosso lugar assumiu o juízo ao qual estávamos condenados.”<sup>104</sup>

Esta perspectiva de aplacar a ira de Deus para a salvação da humanidade, por meio do sacrifício de Jesus, que, por conseguinte, recorda os sacrifícios cúlticos da antiga aliança, enfrenta algumas objeções que a tornam não muito adequada para compreender a revelação concretizada por Jesus a respeito do seu Pai. Jesus foi vítima da rejeição humana à mensagem do Reino e à sua filiação divina, e não vítima de um Pai celeste irado que o enviou ao mundo pura e simplesmente para morrer, e com sua morte refrear sua própria cólera contra o Homem pecador. Ainda que seja possível uma reflexão neste sentido, ela encontra discordância em algumas tônicas.

Jesus Cristo tornou-se vítima passiva e sofredora de uma ação destruidora por parte de alguém outro: foi vítima da rejeição e hostilidade de pessoas que descarregaram sobre Ele sua agressividade irredenta. Mas ele não foi oferecido por essas pessoas como

---

<sup>103</sup> Cf. Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol.2, 578.

<sup>104</sup> Pannenberg, *Teologia Sistemática*, Vol. 2, 578.

sacrifício cúllico para mudar a disposição de Deus e Ele também não ofereceu a si mesmo como sacrifício para aplacar um Deus-Pai irado, como muitas vezes se pensou no Ocidente. Pois o Pai de Jesus Cristo não precisava primeiro ser disposto de modo reconciliador; não somos nós, seres humanos (ou Cristo em nosso lugar), que precisamos reconciliar a Deus; antes, em Cristo o próprio Deus reconciliou consigo o mundo dos seres humanos (2Cor 5,19), porque “amou tanto o mundo” (Jo 3, 16).<sup>105</sup>

Na compreensão veterotestamentária, a expiação era uma forma de perdão para Israel; a transferência da culpa para um animal, que em seguida morreria em modo de substituição, era a dádiva do perdão de Deus para os delitos do povo de Israel, mas somente para os israelitas. A ideia de uma expiação universalmente vicária, como se constata em Isaías 53, permaneceu incompreendida e não usada.<sup>106</sup> Também quanto à ideia de expiação, já esboçada acima, podem identificar-se determinadas “reservas” quando se refere a consumação da salvação por Jesus em modo expiatório.

Na sua atuação, Jesus não remeteu as pessoas aos sacrifícios expiatórios realizados no templo; manteve uma certa distância destes sacrifícios, concentrando-se mais na mensagem do perdão e da reconciliação através da bondade de Deus, independentemente da atividade cúllica expiatória do templo.<sup>107</sup> Deste modo, fica evidente que, para Jesus, a complacência divina e sua atividade perdoadora não são necessariamente concedidas numa função substitutiva, culminando em uma morte expiatória, mas são precisamente fruto da bondade perdoadora de Deus que não está circunscrita ao sacrifício expiatório.

De modo semelhante ao que ocorre com a ideia de sacrifício, é preciso lidar muito cautelosamente também com a ideia de expiação e, ao fazê-lo, não ficar aquém da imagem de Deus esposada por Jesus, afastando dessa ideia todos os momentos de uma compensação supostamente exigida por Deus pela culpa e pelo castigo merecido. Deus concede o perdão incondicionalmente, tanto na atuação de Jesus quanto – mais ainda e definitivamente – em sua morte, que foi causada por seres humanos, mas que Jesus preencheu com uma entrega extrema à vontade salvífica de Deus para os pecadores e que Deus converteu num auto-oferecimento perdoador (expiação).<sup>108</sup>

A doutrina do sofrimento vicário de Cristo em modo de substituição, e em vez da humanidade pecadora, encontra fundamentos na reflexão protestante, como por exemplo em K.

---

<sup>105</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 375.

<sup>106</sup> Cf. Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 376.

<sup>107</sup> Cf. Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 376.

<sup>108</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 377.

Barth, W. Pannenberg e J. Moltmann, como também da parte católica em H. U. von Balthasar. De igual modo, como no caso sacrificial e expiatório, esta doutrina do sofrimento vicário da pena encontra tensões quando colocada em referência com a revelação amorosa de Deus em Jesus.<sup>109</sup>

Ao abordar, no início deste subcapítulo, a reflexão paulina sobre a reconciliação do mundo com Deus por Jesus Cristo, pretendeu-se de início ter por base que muita da reflexão neste contexto tem por fundamento a doutrina paulina sobre a paixão e morte de Jesus, como execução da sentença divina sobre o pecado da humanidade. Desta forma, é preciso que, ao tratar do acontecimento salvífico neste sentido, mais relacionado com os momentos finais da vida de Jesus, não se fique demasiadamente focado no sentido da punição substitutiva e satisfatória para o pecado de Adão, em detrimento do Deus amoroso que quer salvar a criação, tal como revelado em Jesus de Nazaré.

Muita coisa depende de como se devem entender as afirmações paulinas segundo as quais na cruz de Jesus acontece a execução do juízo de Deus sobre o pecado de todos os seres humanos naquele que é sem pecado, mas foi feito pecado para nos libertar da vinculação à culpa e ao poder do pecado (...). Trata-se de tentativas de aproximar-se do acontecimento não a partir do universo ideativo do culto (sacrifício, sacrifício expiatório) ou do direito de propriedade (resgate), mas do juízo e do direito penal. As afirmações figuradas de Paulo não devem ser elevadas à condição de proposições sistemáticas sem um exame mais atento.<sup>110</sup>

Num entendimento mais profundo das metáforas paulinas, fica claro que Deus enviou seu Filho com o objetivo de salvar o mundo. A sua condenação à morte não foi um ato de Deus, como se estivesse paralelo ao seu envio ao mundo, mas foi consequência de um mundo dominado pelo pecado e do seu fechamento ao projeto divino revelado por Jesus. Portanto, não foi Deus que agiu na condenação de seu Filho, mas esta atuação está concentrada nos humanos que a consumaram. O que Deus fez, por sua vez, foi dar sentido a esta condenação assumida por Jesus e revertê-la em salvação definitiva para o gênero humano e toda a criação.

Isso não se refere a uma ação condenatória direta de Deus em relação ao seu Filho. Cristo “não sofreu vicariamente por outros o castigo pelos pecados como sanção imposta a partir de fora – por Deus -, mas foi completamente puxado para dentro daquele mundo interior da distância para com Deus, da mentira da autodestruição que é a

---

<sup>109</sup> Cf. Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 377.

<sup>110</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 377.

necessária consequência interna (castigo) do pecado”. Por isso na cruz Ele precisa suportar as trevas do estado de pecado, “de modo que subjetivamente Ele de fato pode experimentar como ‘castigo’ o que objetivamente não o é para Ele”.<sup>111</sup>

Não se objetiva, com a exposição destas perspectivas e suas problemáticas, elaborar uma reflexão acerca do valor salvífico do sofrimento de Cristo, mas ao examiná-las perceber aquilo a que se propôs o subcapítulo, que é aprofundar de que modo a consumação da salvação se deu em Jesus Cristo. Abordar estas temáticas contribui assim para a maior compreensão do evento salvífico-crístico.

Visto que estas reflexões sobre o sacrifício, a expiação e a representação vicária de Jesus, embora válidas, têm também suas problematizações, a mais recente interpretação a este propósito levanta as categorias de solidariedade e representação. No plano da solidariedade afirma-se, por exemplo, o pensamento de K. Rahner, C. Duquoc e E. Schillebeeckx, no plano da representação podem-se elencar nomes como o H. U. von Balthasar, J. Ratzinger, W. Kasper e W. Pannenberg.<sup>112</sup>

Quando se fala de solidariedade, focando-se na paixão de Jesus, trata-se da solidarização numa perspectiva quenótica e de auto esvaziamento de Cristo, onde o Filho de Deus, para salvar a humanidade mergulhada nas trevas do pecado, encarna-se, fazendo-se homem e eleva, a criatura e a criação inteira à dignidade da bondade primordial já estabelecida no mundo desde a criação. O Supremo Criador, num ato de autoentrega amorosa de seu Filho, estabelece a plenitude da nova aliança.

Em sua solidariedade com todos os seres humanos o Filho de Deus adentra a miséria extrema da distância para com Deus (pecado) e experimenta em si mesmo suas consequências malignas. Sua solidarização chega ao ponto de que Ele se identifica não só com os que sofrem sem culpa, mas até com os delinquentes na medida em que eles próprios são vítimas, golpeados pelas consequências de seu próprio pecado e do pecado alheio, cativos do encantamento de poderes externos ou internos e que, por isso mesmo, transformam em vítima o Filho que se deixa atingir pela desordem do pecado. Portanto, o Filho de Deus se solidariza e identifica, em atitude de amor inconcebível, com todos os pecadores (não com seu pecado e sua ação pecaminosa), para possibilitar-lhes que se afastem do pecado e sigam o caminho da atitude de Jesus para com Deus e os outros. Ele preenche o abismo insondável da separação humana de Deus e dos outros com sua própria autocomunicação amorosa e, assim, faz de si mesmo a dimensão do perdão e da

---

<sup>111</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 378.

<sup>112</sup> Cf. Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 378.

reconciliação mútuas dos seres humanos. Por conseguinte, com o conceito "solidariedade" é possível explicitar todo o movimento auxiliador e criador de relações empreendido por Deus em direção aos seres humanos pecadores (os que sofrem e os que fazem sofrer), que se estende até a autoentrega amorosa do Filho de Deus por eles.<sup>113</sup>

Na perspectiva da representação, esta se apresenta não de forma vicária, em lugar de, mas no sentido de que o Filho de Deus, sendo verdadeiramente homem, é o modelo por excelência de humanidade; Ele renova a velha humanidade pecadora. Igual a nós em tudo exceto no pecado (cf. Hb 4, 15), Ele é a correspondência perfeita a Deus, modelo para toda a humanidade. Com isto não dispensa a humanidade de trabalhar para que também possa corresponder a Deus, mas deixa claro a possibilidade desta condição. Esta reflexão, portanto, está mais próxima da categoria da mediação do que da categoria de representação vicária.

Jesus Cristo representa os demais seres humanos não apenas interinamente, mas como "primeiro dentre muitos irmãos" e irmãs (Rm 8,29), como condutor permanente de uma nova humanidade em meio à velha. Visto que em sua vida e sua morte Jesus é o ser humano verdadeiro, que corresponde inteiramente a Deus, sendo, portanto, em seu relacionamento com Deus e os outros, o protótipo do ser humano como tal, Ele representa em si todos os demais seres humanos, não como eles sempre são, mas como ainda deverão tornar-se; afinal, todos deverão conformar-se à sua imagem, e deverão fazê-lo através da comunhão com Ele ("por meio de", "em" e "com" Cristo). Em seu relacionamento singular com Deus Jesus abriu aos outros seres humanos a possibilidade do único relacionamento adequado e redentor com Deus (e, por conseguinte, do perdão e da libertação do medo) e, depois que essa oferta de salvação foi recusada, manteve aberto, em extrema autoentrega, até mesmo ainda para os seres humanos que se recusaram - como se mostra à luz da Páscoa - o verdadeiro futuro redimido deles a partir de Deus. Justamente em sua morte Ele representa, por isso, os muitos e os faz, através do efeito "multiplicador" da graça (2Cor 4,15), partícipes de sua própria justiça de Deus (5,21). Esse um ser humano representa o lugar de Deus junto a todos os seres humanos e o lugar destes junto a Deus; ao invés de nos substituir, Ele mantém esse lugar permanentemente aberto para nós e nos introduz em sua própria atitude interior. A representação de Jesus contém, assim, um momento exclusivo (que cabe unicamente a Jesus) e um inclusivo (que inclui e convida os outros).<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Kessler, "Cristologia", Vol. I, 379.

<sup>114</sup> Kessler, "Cristologia", Vol. I, 380.

Levando a cabo o plano salvífico de seu Pai, o *Logos* Eterno de Deus realiza a redenção da humanidade coabitando o mundo humano, num resgate que não é pena condenatória, mas auto oferecimento de Si Próprio como dádiva de Deus para a salvação do mundo. A encarnação é assim o ápice da economia salvífica de Deus; Jesus é a plenitude da salvação, que se realiza no mundo e é próxima da condição pecadora e miserável do Homem. Ele atraiu sobre si todas as coisas para salvá-las (cf. Jo 12, 34) e devolvê-las à sua bondade originária.

Ele realiza a nova humanidade ligada a Deus e solidária (o ser-Filho-de-Deus) em meio ao mundo adâmico dos seres humanos e à sua alienação em relação a Deus: deixa-se atingir pela distância em relação à Deus e pela hostilidade para com a criação exibidas pelos seres humanos, carrega e suporta o pecado do mundo (Jo 1,29), o aguenta e lhe resiste em seu amor; mais ainda: o introduz em seu relacionamento (em termos de economia salvífica) com o Pai e, inversamente, faz o amor de Deus, perdoador e criador de relações, estar presente e atuante de modo transformador justamente no lugar dos pecadores, em sua distância de Deus. E também no momento em que experimenta rejeição e esta se intensifica até transformar-se em inimizade mortífera, Ele não se retira, não se deixa desviar de seu amor a Deus e (em princípio) a todos os seres humanos. A pessoa sem pecado mantém-se fiel às pecadoras porque o Pai as ama (Jo 3,16; Rm 8,31s.); nessa atitude Deus se mantém fiel às pecadoras.<sup>115</sup>

Verificar as categorias da consumação da salvação em Jesus Cristo, é essencial para que se possa perceber de que modo Jesus, como Filho de Deus e seu servo verdadeiro, realizou na sua própria Pessoa os desígnios salvíficos de Deus seu Pai. A realização destes desígnios salvíficos tem implicações, necessariamente, na realização da nova humanidade, que só foi possível pela encarnação do Verbo Eterno de Deus, da sua vida entre os Homens, daquilo que pregou e vivenciou em sentido estrito, projetando a salvação divina na história e na realidade concreta da humanidade. O afeto de Deus está claro na consumação da salvação em Jesus, em rigor no modo como viveu e na paixão que sustentou sobre si, pois, “tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim”. (Jo 13, 1)

### **3.3. Ressurreição, redenção e graça: a definitiva ação salvífica de Deus em Jesus Cristo.**

---

<sup>115</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 381.

Antes de entregar o espírito na cruz, Jesus disse: “Está consumado” (Jo 19, 30); com a sua morte estava consumado o plano salvífico de Deus e a redenção da humanidade. A morte de Jesus tem sentido salvífico, na medida em que é assumida por Jesus como amor oblato: Ele próprio dá a vida, ninguém a tira (cf. Jo 10,18). O amor de Deus realizado em Jesus Cristo alcança a humanidade e a redime de modo definitivo, rompendo a barreira do pecado que afastava o Homem de Deus.

Na interpretação soteriológica da morte de Jesus, a ressurreição é parte indispensável na consumação da salvação, ela é a mais profunda evidência de que a força do mal e do pecado não puderam imperar sobre o amor de Deus pela humanidade e a criação inteira. É a clarificação de todo o entendimento sobre a paixão e morte de Jesus, concluindo e explicitando o evento pascal como o ponto alto do amor divino que se auto oferece em Jesus, aproximando de modo inigualável a presença divina da humanidade, ultrapassando toda e qualquer forma de miséria humana e pecadora que pudesse ser empecilho para a instauração da nova aliança. “A ressurreição de Jesus é a palavra inviolável da autopromessa de Deus, a irrupção da solicitude redentora do próprio Deus para com o mundo que se alheou dele e de outro modo estaria perdido”.<sup>116</sup>

A morte e ressurreição de Jesus são redentoras porque estabelecem uma nova condição para a humanidade que é a condição de criaturas salvas que podem se relacionar com Deus através da mediação de Jesus Cristo. A presença do amor divino está dispensada de forma perene para sempre no meio dos Homens, de forma não restrita a um povo, mas acessível a todos que quiserem reconhecer em Jesus a ação salvífica definitiva de Deus.

Em Cristo o próprio Deus se inseriu na humanidade e, na morte de Jesus Cristo, fixou-se definitivamente nela. A morte e ressurreição de Jesus são redentoras porque, na mais profunda disjunção entre Deus e o mundo, Deus se implanta irrevogavelmente e se comunica ao mundo criando relação. Por essa razão, na morte de Jesus uma situação nova e transformada no relacionamento entre Deus e os seres humanos é criada por Deus mesmo: Ele preenche o radical fosso da alienação de Deus com a presença de todo o seu amor e fundamenta, por meio desse auto-oferecimento e compromisso realizados justamente na mais profunda separação, a reconciliação e aquela aliança da qual nenhum ser humano está mais excluído (em termos objetivos a partir de Deus e em termos subjetivos se ele olhar para Cristo).<sup>117</sup>

---

<sup>116</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 385.

<sup>117</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 382.

O amor redentor de Jesus é ápice e sinônimo da salvação definitiva operada por Deus em Jesus Cristo. Não há e não haverá outro evento desta magnitude que possa conferir o que a redenção em Cristo conferiu em favor da humanidade e de toda a criação. Por isto, é o Evento Cristo o ápice da economia salvífica do Deus Criador, que ama desde sempre sua criação. A encarnação do Verbo eterno de Deus significa que Deus foi ao encontro da condição humana que na sua essência foi alterada pelo pecado e confrontando-se na humanidade de Jesus de frente com a miséria do pecado superou-o de uma vez por todas.

No seu íntimo relacionamento com Deus, e no modo como se relacionava com os outros, Jesus clarifica que a salvação é a comunhão com Deus e com os demais, só deste modo, o mal do pecado pode ser destruído. Como portador da salvação divina, e Filho do Eterno Deus, solidariza-se com a indigência humana, não para condená-la, mas para elevá-la a condição salvífica, e o faz não só enfatizando a relação unilateral com Deus, mas estendida a outrem. Não é o exercício da força e do domínio que salva e redime, ou um Messias poderoso e libertador, indestrutível com seu exército, mas o exercício do amor oblato que alcança o seu ponto alto na cruz.

Deus agiu de modo escatológico e definitivo em Jesus; Jesus era e é – superando tudo o que veio antes e não podendo mais ser superado pelo que virá depois – o mensageiro escatológico e portador da salvação de Deus, o Messias de Deus, Filho e Verbo. Só a partir da Páscoa pode então ser dito também que toda a humanidade de Jesus é a exaustiva autoenunciação de Deus para dentro da história, portanto, a encarnação do verbo ou Filho de Deus (Jo 1, 14) e que aqui o próprio Deus adentrou nossa história de sofrimento para nela implantar seu amor redentor. Por conseguinte, com a ressurreição do amor crucificado de Jesus também se revelou de uma vez por todas para a fé que uma vida a partir de Deus e para os outros tem um sentido indestrutível, mas ainda: que a comunhão vivida de amor com Deus e os outros seres humanos e criaturas é o sentido da criação.<sup>118</sup>

Como primogênito de toda a criação (cf. Cl 1, 15) a consumação salvífica de Jesus é também modelo de salvação para toda a criação. O Deus que ama tudo o que criou também há de incluir toda a criação no seu amor redentor concretizado em Jesus. Deste modo, a ressurreição de Jesus é a prefiguração da salvação escatológica e definitiva também para a criação num todo. A bondade primordial das coisas há de prevalecer também nos desígnios salvíficos do senhorio régio de Deus que governa todo o cosmo.

---

<sup>118</sup> Kessler, “Cristologia”, Vol. I, 386.

Com a ressurreição de Jesus Cristo Deus colocou o cosmo todo escatologicamente em sua proximidade, para conduzi-lo a seu destino último na vida divina. (...) Temos aqui uma perspectiva universal: a ressurreição de Jesus, a ressurreição dos mortos (1 Cor 15, 20-22), a transformação redentora da criação torturada (Rm 8, 19-24) o senhorio universal de Deus (1 Cor 15, 28) estão inextricavelmente unidos. A ressurreição de Cristo é prelúdio e início da consumação da criação inteira. E assim ela é o fundamento irrevogável de nossa esperança de que para este mundo pode haver um futuro diferente do ocaso na destruição, de uma esperança que também se engaja para que haja uma situação mais justa neste mundo.<sup>119</sup>

No panorama geral da história da salvação verifica-se que Deus, nos seus desígnios eternos e salvíficos, sempre teve afeto pela humanidade, de forma gratuita e livre. Ele cria por amor, sustém a criação por amor, e salva esta quando já estava quase perdida, também por amor. Neste afeto livre e gratuito de Deus se concentra a economia salvífica de Deus inaugurada com a criação e consumada escatologicamente em Jesus Cristo. Já na tradição veterotestamentária a eleição, a promessa, a terra, são sinais visíveis do afeto amoroso e da graça oferecida pelo Deus criador a Israel.

Este permanente amor divino pelo ser humano personificado no Povo de Israel, pode até ser identificado em algumas circunstâncias ao amor maternal, aquele amor que mesmo quando não merecido é dádiva, é dom em favor de, é gratuito e generoso e é salvífico. Deus na sua amabilidade e benevolência estabelece e permanece fiel a sua aliança, ainda que o povo não lhe seja fiel. Na história de YHWH com Israel é clara a atuação redentora e salvífica de Deus como graça e dádiva gratuita.

A graciosa inclinação de Deus, principalmente sua graça da eleição sem qualquer razão, neste sentido, podem ser descritas como amor paternal ou maternal. (...) Digno de nota é que o AT não receia descrever a inclinação amorosa de Javé com termos e imagens utilizados principalmente para caracterizar o amor entre os sexos. Apesar de toda a sua soberania, Javé se revela como Deus que ama Israel, que está apaixonado e até enlouquecido por Israel. O lado afetivo da experiência veterotestamentária da graça é ressaltado por aquele termo muitas vezes associado com *hanan*, que é *rahamim* (compaixão maternal), derivado de *rehem* (colo materno). Como expressão do

---

<sup>119</sup> Kessler, "Cristologia", Vol. I, 390.

inmerecido amor de Deus, ele designa ao mesmo tempo laços originais entre Deus e ser humano, abrigo, empatia e simpatia.<sup>120</sup>

Embora não haja um entendimento do conceito de graça literal na tradição hebraica, verifica-se claramente que a atuação divina em favor de Israel é um sinônimo da graça benfazeja de Deus. Os sinais visíveis de que Deus opera maravilhas em favor do seu povo, era prova incontestável da bondade e da graça salvadora divina que assiste o seu povo nos momentos de aflição e que continua a sustentar a criação.

Mesmo que não ocorra um conceito de graça em sentido formal, o mencionado princípio permite identificar os mais importantes elementos de uma concepção veterotestamentária de graça: graça designa um comportamento fundamental e essencial de Deus que visa o bem da pessoa inteira, referindo-se em primeiro lugar ao povo de Israel, ali, porém, proporcionando ajuda e socorro ao indivíduo. Ao longo da história de amor entre Javé e seu povo se fortalece o traço individualizante (o indivíduo é agraciado em meio ao povo infiel), salientando-se o duplo aspecto da atuação graciosa de Deus (salvar e cumprir, ou sanar e santificar).<sup>121</sup>

Neste contexto, fica bastante evidente que a conceção de graça pode ser interpretada como a inclinação amorosa de Deus para o ser humano, e a esta inclinação de Deus pode-se chamar salvação. Todo o mistério da autorrevelação de Deus em seus desígnios salvíficos na história é dádiva da graça de Deus, e encontra o seu ápice em Jesus Cristo, de modo único e inigualável. Aqui graça incriada e graça criada tocam-se gerando salvação. “Graça, portanto, abrange a inclinação de Deus para a criação, desde a graciosa predestinação, passando pela humanização e pelo morar na alma dos agraciados, até a beatífica contemplação de Deus (*visio beatifica*) “. <sup>122</sup>

Falar da Graça nesta quase conclusão de trabalho é relevante porque ela exprime o desejo salvífico de Deus por toda a humanidade, é a tradução do afeto amoroso de Deus que vai desde a criação até a consumação na cruz, retrata a inclinação indelével e salvífica de Deus em favor do ser humano. A Economia salvífica do Deus Criador que tem o seu ápice no evento crístico agora continua a se atualizar como graça de Deus que é oferecida a todos. Graça é sinônimo do amor de Deus, amor que foi capaz de assumir a carne do pecado para se tornar próximo e salvar.

---

<sup>120</sup> Bernd Jochen Hilberath, “Doutrina da Graça” Em *Manual de Dogmática*, Vol. II (Petrópolis: Vozes, 2012), 16.

<sup>121</sup> Hilberath, “Doutrina da Graça”, Vol. II, 17.

<sup>122</sup> Hilberath, “Doutrina da Graça”, Vol. II, 28.

O peso do amor puxou Deus para a terra. A paixão do amor (disposto a sofrer) de Deus é estar junto aos seres humanos e dar-lhes a vida plena. Ora, se Deus se preocupa com o ser humano ao ponto de Ele próprio tornar-se humano e o permanecer em eternidade, então é vedado ao ser humano menosprezar a si e aos seus semelhantes. É ao ser humano concreto que Deus se refere, é com ele que Deus quer unir-se e é a ele que deseja ter eternamente junto a si. E se o Filho de Deus se esvazia ao ponto de mergulhar nos últimos abismos da humanidade e entrar na noite da morte, então também aí o ser humano não é abandonado por Ele nem está sozinho. Ele pode estar ciente de que é aceito e sustentado por Deus em quaisquer circunstâncias, também quando outras pessoas não mais o aceitam (em caso de injustiça sofrida), quando ele não é mais aceitável para si mesmo (em caso de culpa própria) e quando mais nada o sustenta (na morte). E inversamente, ele pode e deve participar do movimento encarnatório do amor apaixonado de Deus e se empenhar pela vida plena dos seres humanos e da criação.<sup>123</sup>

A graça é neste sentido, a continuidade do amor salvífico de Deus oferecido por meio de Jesus Cristo, e por isto é sempre atual e a cada vez que acolhida e vivenciada, gera salvação a quem acolhe e também beneficia outros como que por osmose. Como sinônimo de salvação tem sua plenitude na encarnação do Verbo divino, e é de modo definitivo oferecida por meio d'Ele. A vida do *logos* divino é a plenitude da criação e o cumprimento perfeito dos desígnios salvífico do Eterno Deus, que por amor se fez Homem e habitou entre nós para nossa salvação e para sua maior glória.

A Encarnação do Cristo é a salvação definitiva ofertada por Deus, e Ele o faz por amor. O Evento Crístico é deste modo, o ponto alto deste amor, que é exemplar e que se pode encontrar na vida concreta de Jesus. A prova maior que Deus poderia dar do seu afeto e amor pela humanidade e toda criação encontra-se na encarnação de seu Filho, e no modo como através d'Ele a oferta da salvação foi estabelecida de uma vez por todas. Ainda que o pecado em algum momento tenha separado o Homem de Deus, em Jesus a força do mal e do pecado foram aniquiladas pelo poder régio e eterno do Deus Criador-Salvador, que quer salvar a todos por amor.

Toda a história da criação e da salvação encontram em Cristo a sua consumação e plenitude. A salvação não está longe e inacessível, mas em Jesus tornou-se próxima e acessível a todos, n'Ele e por Ele, a universalidade da salvação é estabelecida de modo definitivo e inalcançável. Em Jesus de Nazaré, Deus envolveu-se de modo inédito e inteiramente com a humanidade, através d'Ele, habitou no mundo para que este pudesse contemplar a magnitude

---

<sup>123</sup> Kessler, "Cristologia", Vol. I, 396.

do amor divino e sua força redentora. O *logos* divino que adentrou a criação é para todos sinal definitivo de salvação!

## CONCLUSÃO

O mistério da encarnação é a perpetuação da economia salvífica de Deus, que quer que todos os humanos se salvem. Ao concluir este trabalho de dissertação, pode-se constatar que toda a obra salvífica de Deus encontra seu máximo alcance em Jesus Cristo que, ao encarnar-se por amor de Deus seu Pai, realiza a salvação no concreto da vivência humana. Sem desprezar a realidade da carne e a bondade primordial salvífica de todas as coisas, Jesus inaugura o reino de Deus para toda a humanidade. No testemunho de sua vida entre os Homens, demonstra o amor e o afeto salvífico de Deus seu Pai.

Ao discorrer sobre o afeto de Deus no ato da criação, pretendeu-se demonstrar que o amor de Deus, que não cria por necessidade, sustém a criação e está presente em toda a sua economia salvífica, ou seja, toda a história da salvação pode ser definida como uma história de afeto e amor de Deus para com a humanidade e toda a criação; o ponto alto deste amor é concretizado com a encarnação do Filho do Deus criador. Jesus, em sua filiação, torna o Deus criador visível ao mundo (cf. Jo 14, 9), e demonstra, na sua vivência, a continuidade do afeto do Deus criador que quer salvar. Conclui-se que não há um espaçamento, ruptura ou dicotomia no amor criador-salvífico de Deus; é uma constante desde a criação até a encarnação e posteriormente com o evento pascal e toda a sua implicância na economia salvífica de Deus.

Em um segundo momento, ao tratar da revelação salvífica de Deus na pessoa histórica de Jesus de Nazaré, enfatiza-se precisamente a encarnação do Verbo no meio da realidade concreta dos Homens. Deus não salva somente do mais alto dos céus e de uma forma mágica, mas na realidade visível e concreta, na carne do Homem assumida por seu Filho. Ao ressaltar o valor da abordagem histórico-crítica, destaca-se a não existência da contraposição entre o Jesus histórico e o Cristo da salvação; na medida em que se encontram aspectos históricos da pessoa de Jesus, estes contribuem para a estruturação de uma crença mais fundamentada, pois foi precisamente no homem Jesus que Deus atuou concretamente na história. A relação que se desenvolve posteriormente entre querigma e historicidade ilustram bem esta complementaridade entre salvação e historicidade. Portanto, a revelação divina encontra-se na pessoa de Jesus de Nazaré, na sua vivência e nas suas obras concretas, o modo como se portava e se relacionava com os seus próximos, bem como sua relação com todas as coisas são salvíficas, porque vêm de Deus. Na concretude da existência histórica de Jesus encontra-se Deus e conseqüentemente a salvação; a profundidade do mistério da encarnação encontra-se precisamente neste conteúdo, sendo que Deus se fez igual aos homens em tudo exceto no pecado (cf. Fp 2, 3-8), com a finalidade de salvar a todos.

Na continuidade da revelação salvífica de Deus no Jesus histórico, em um terceiro momento, a reflexão concentrou-se na temática da salvação. Em Jesus a salvação é definitiva e está dada a toda humanidade: ela é o próprio Cristo. O pecado que outrora fora causa de distanciamento entre Deus e o ser humano, foi de uma vez por todas superado, pela obra redentora de Cristo. Aceitar ou não o dom da salvação é resposta livre do Homem que continua a gozar da liberdade primordial dada pelo Deus criador.

Na história do Povo de Israel, Deus age diretamente na história, a sua salvação operada em favor do povo hebreu é pública e visível; também na encarnação, ápice da economia salvífica, a salvação em Jesus acontece diretamente na história, é pública e visível. A atuação divina de Deus em favor de Israel é sinônimo da graça benfazeja de Deus, que agora é atualizada em favor de todos os homens na pessoa de Jesus Cristo.

A atuação salvífica de Jesus no meio dos Homens recapitula toda a criação. De modo algum este dado deve ser interpretado como ruptura com a tradição veterotestamentária, mas há nisto uma perfeita continuidade do desejo salvífico de Deus. Toda a ação de Jesus está em perfeita consonância e comunhão com Deus seu Pai, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó. A linha condutora da história da salvação é o amor de Deus que prevalece desde sempre para com a humanidade.

O modo como a consumação da salvação aconteceu em Jesus, sobretudo no evento pascal, também revela muito do desejo salvífico de Deus. O auto esvaziamento de Jesus em seu amor oblato revela dados preciosos do modo de proceder de Deus frente à resistência do Homem ao projeto do amor salvífico de Deus. Uma melhor compreensão do mistério salvífico foi possível com a elucidação das diversas categorias que problematizam e caracterizam os momentos da paixão, morte e ressurreição de Jesus e suas respectivas implicações dentro do projeto salvífico.

Não sendo a morte de Jesus um ato condenatório da parte de Deus seu Pai, as interpretações a respeito do seu sacrifício desdobram-se em categorias que vão dizer justamente da intenção primeira da encarnação do Verbo, que é a salvação dos Homens e para a reconciliação do mundo com Deus. A condenação e morte devem-se ao fechamento dos Homens ao seu projeto de amor e salvação. Mas, em Deus seu Pai, todo o desfecho de paixão e morte tem ressignificação salvífica, que é confirmada pela sua gloriosa ressurreição. O Verbo eterno de Deus salva toda a criação e a humanidade inteira devolvendo-a à sua dignidade e bondade primordial. Morte e ressurreição de Jesus são redentoras porque são salvíficas, e são salvíficas porque elevam a condição humana a uma nova categoria de criaturas salvas e reconciliadas com Deus pelo sangue de Cristo (cf. Rm 9,11)

Graça e salvação têm uma intrínseca ligação na economia salvífica de Deus: a inclinação amorosa de Deus para o ser humano é graça de Deus. No decorrer da história da salvação verifica-se que é a graça de Deus que sustém o ser humano e a criação inteira. A graça é tradução e expressão do amor salvífico de Deus que se deu e continua a se doar por meio do Espírito Santo prometido pelo próprio Cristo, e que há de continuar a suster a criação até a volta definitiva de Jesus Cristo.

A encarnação, entendida em sua profundidade, ajuda a compreender toda a história da salvação. Em Jesus, está concentrada a vontade de Deus seu Pai para a humanidade inteira; Ele é o princípio e o fim da história do Homem. A revelação máxima de Deus ao ser humano encontra-se em Jesus; não há forma de falar de Deus sem se falar de Jesus, porque a revelação mais completa que o Homem poderá ter de Deus se encontra em Jesus, em sua obra, em sua vivência, na sua morte, paixão e ressurreição.

Na sua humanidade, Jesus deixa o modelo de uma nova humanidade: Ele é o caminho, verdade e a vida (cf. Jo 14,6). Em seu íntimo relacionamento com Deus, deixa o exemplo de procedência para todos os Homens; o seu modo de proceder é salvífico e por isto, indicador da salvação legítima oferecida por Deus. Criação, Revelação e Salvação encontram em Jesus a centralidade que fundamenta todo o desenvolvimento destas etapas da economia salvífica de Deus. Por isto, este modesto trabalho procurou trabalhar, ainda que com falhas, estas respetivas etapas, evidenciando em cada uma delas a centralidade do Cristo que é o princípio e fim de toda a história.

“Ao Rei dos séculos, ao Deus incorruptível, invisível e único, honra e glória pelos séculos dos séculos. Amém!” (1Tm 1,17)

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Sagrada Escritura

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

### 2. Bibliografia Geral

Drolet, Gilles. *Compreender o Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 2008.

Gesché, Adolphe. *Jesucristo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2013.

Haight, Roger. *Jesus símbolo de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.

Hamman, Adalbert. “O Evento Cristo como obra do Filho” Em *Compêndio de dogmática histórico-salvífica*, Vol. III, editado por Johannes Feiner e Magnus Lohrer, 79 – 92. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

Hilberath, Bernd Jochen. “Doutrina da Graça” Em *Manual de Dogmática*, Vol. II, organizado Theodor Schneider, 13 – 49. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Kasper, Walter. *El Dios de Jesucristo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2011.

\_\_\_\_\_. *Jesús, El Cristo*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2012.

Kessler, Hans. “Cristologia” Em *Manual de Dogmática*, Vol. I, organizado por Theodor Schneider, 219 – 400. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Klinger, Elmar. “Preâmbulo Formal e Introdução Histórico-Teológica” Em *Compêndio de Dogmática Histórico-salvífica*, Vol. III/1, editado por Johannes Feiner e Magnus Lohrer, 13 – 44. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

Ott, Ludwig. *Manual de teologia dogmática*. Barcelona: Editorial Herder, 1969.

Pagazzi, Giovanni Cesare. *La Carne*. Milano: Edizioni San Paolo, 2018.

\_\_\_\_\_. *La cucina del Risorto*. Bologna: EMI, 2014.

\_\_\_\_\_. *Fatte a mano*. Bologna: EDB, 2013.

Pannenberg, Wolfhart. *Teologia Sistemática*, Vol. 1, Santo André, São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda; Paulus, 2009.

\_\_\_\_\_. *Teologia Sistemática*, Vol. 2, Santo André, São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda, Paulus, 2009.

Papa Francisco. “Carta Encíclica “Laudato Si’””. Acedido a 23 de setembro de 2024.

<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa>

francesco\_20150524\_ enciclica-laudato-si.html.

Ratzinger, Joseph. *Escatologia Morte e Vida Eterna*. São Paulo: Molokai, 2020.

\_\_\_\_\_. *Jesus de Nazaré, Da Entrada em Jerusalém até à Ressurreição*. Cascais:

Princípios, 2011.

Sattler, Dorothea e Theodor Schneider. “Doutrina da criação” Em *Manual de Dogmática*, Vol.

I, organizado por Theodor Schneider, 114 – 215. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

Schillebeeckx, Edward. *Jesus A história de um vivente*. São Paulo: Paulus, 2008.

Schulte, Raphael. “A Obra Salvífica do Pai em Cristo” Em *Compêndio de Dogmática Histórico-*

*salvífica*, Vol. III/1, editado por Johannes Feiner e Magnus Lohrer, 45 – 77. Petrópolis: Editora

Vozes, 1984.

Werbick, Jurgen. “Doutrina da Trindade” Em *Manual de Dogmática*, Vol. II, organizado

Theodor Schneider, 429 – 511. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.